

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA - IFILO

GABRIELA ANTONIELLO DE OLIVEIRA

MAQUIAVEL E A SÁTIRA POLÍTICA EM DEFESA DA LIBERDADE

UBERLÂNDIA
2020

GABRIELA ANTONIELLO DE OLIVEIRA

MAQUIAVEL E A SÁTIRA POLÍTICA EM DEFESA DA LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia pelo Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. José Benedito de Almeida Jr.

UBERLÂNDIA
JULHO DE 2020

GABRIELA ANTONIELLO DE OLIVEIRA

MAQUIAVEL E A SÁTIRA POLÍTICA EM DEFESA DA LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia pelo Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. José Benedito de Almeida Jr.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior
Orientador

Profa. Me. Luciana Xavier de Castro

Prof. Dr. Igor Silva Alves

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à toda a equipe do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, docentes e técnicos dessa grandiosa e solene instituição, os quais sempre me auxiliaram de forma que contribuíram demasiadamente para a minha formação acadêmica a qual sem eles, indubitavelmente, não existiria. Meus profundos agradecimentos também à professora Luciana Xavier de Castro e ao professor Igor Silva Alves pela leitura e participação da banca avaliadora dessa pesquisa. Agradeço e estimo especialmente meu querido orientador e professor José Benedito de Almeida Jr. que me apresentou com excelência os caminhos da pesquisa e sobretudo, como amar a investigação e a indagação filosófica.

Agradeço com muito afeto meus familiares e amigos, os quais não citarei nomes para não correr o risco do esquecimento. Sobre o tempo e atenção que me doaram: fora de tamanha lealdade que permaneceram capazes de tolerar –com imenso carinho e paciência– todas as minhas angústias e devaneios durante o processo da escrita, além disso, sempre se apresentaram dispostos à leituras e reflexões filosóficas, ofício que levamos com muito apreço. Foram esses amigos que fizeram com que meus anos de graduação fossem leves, verdadeiros e intensos. Faço das palavras da poetisa Clarice Lispector as minhas: “Amizade é matéria de salvação”. Agradeço por compartilharem comigo os melhores alimentos e antídotos para a alma: palavras e sentimentos. A poesia dessa vida vem de vocês!

DEDICATÓRIA

EM MEMÓRIA DE ERIK:

Conversávamos sobre a vida, o universo e tudo mais.

Navegávamos por todos os caminhos e veredas.

Achávamos o Interior encantador.

E mais ainda o mar,

*ainda que ele carregue o pesado fardo dos mistérios
inexplicáveis até para os capitães de longo curso.*

Nesta viagem faz falta um marinheiro.

“Quando nasceu a geração que pertenço encontrou o mundo desprovido de apoios para quem tivesse cérebro, e ao mesmo tempo coração. O trabalho destrutivo das gerações anteriores fizera que o mundo, para o qual nascemos, não tivesse segurança para nos dar na ordem religiosa, esteio para nos dar na ordem moral, tranquilidade que nos dar na ordem política. Nascemos já em plena angústia metafísica, em plena angústia moral, em pleno desassossego político.”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Esta pesquisa possui como principal objetivo a compressão da principal obra de Maquiavel: *O Príncipe*, assim indagando acerca dos seus principais objetivos e pretensões. Analisaremos a obra em seu sentido literal e em outro possível sentido, o satírico. Para guiar essa leitura filosófica, utilizaremos outras obras do filósofo: *Discorsi*, *A Mandrágora*, *História de Florença* e *A Arte da Guerra*. Sob esses aspectos, temos como ênfase a questão da liberdade como principal referencial para Maquiavel. Para tal pesquisa analisaremos o contexto histórico-cultural da Itália e mais especificamente o ambiente de Florença no século XV, cidade e época viventes do nosso filósofo. Esse trabalho pretende apontar evidências que influenciaram o pensamento de Maquiavel, seu interesse pessoal e o objetivo da obra *O Príncipe*. Defendo nessa pesquisa que Maquiavel ao escrever conselhos para o príncipe Lourenço de Médici não redigiu ensinamentos exclusivos para ele, mas também aos povos, que a partir de sua escrita realista, deixou evidentes conteúdos e exemplos de como funcionam a política de fato. Em outras palavras, entregou fatos de como realmente agem os governantes. Rousseau e Spinoza são filósofos e leitores de Maquiavel que defendem esse ponto de vista. Temos também como rico material de análise a peça teatral *A Mandrágora*, a qual se apresenta como um retrato de Florença, com a possibilidade de analisarmos os conceitos de *virtú*, fortuna e natureza humana, além de tramas políticas e características presentes na política florentina. Há, portanto, evidências que serão expostas no decorrer desse texto- de que *O Príncipe* pode solenemente ter sido uma sátira em defesa da liberdade. A filosofia de Maquiavel pode ser entendida sob uma perspectiva ampla: maquiaveliana; ao contrário da restrita e equivocada concepção a qual foi atribuída de maquiavélica.

ABSTRACT

This research has as main objective the compression of the main work of Machiavelli: *The Prince*, as well as inquiring about its main objectives and pretensions. We will analyze the work in its literal sense and in another possible sense, the satirical. To guide this philosophical reading, we will use other works by the philosopher: *Discorsi*, *The Mandrake*, *History of Florence* and *The Art of War*. Under these aspects, we focus on the issue of freedom as the main reference for Machiavelli. For such research we will analyze the historical-cultural context of Italy and more specifically the environment of Florence in the 15th century, the living city and time of our philosopher. This work intends to point out evidences that influenced Machiavelli's thought, his personal interest and the objectives of the work *The Prince*. In this research, I defend that Machiavelli, when writing advice for Prince Lourenço de Médici, did not write exclusive teachings for him, but also for the peoples, who, from his realistic writing, left evident contents and examples of how politics actually works. In other words, he delivered facts about how government officials really act. Rousseau and Spinoza are philosophers and readers of Machiavelli who defend this point of view. We also have as a rich analysis material the play *A Mandrágora*, which presents itself as a portrait of Florence, with the possibility of analyzing the concepts of virtue, fortune and human nature, in addition to political plots and characteristics present in Florentine politics. There is therefore evidence - which will be exposed in the course of this text - that *The Prince* may have solemnly been a satire in defense of freedom. Machiavelli's philosophy can be understood from a broad perspective: Machiavelli; contrary to the restrictive and mistaken conception which was attributed as Machiavellian.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. QUAIS OS OBJETIVOS DA OBRA <i>O PRÍNCIPE</i> ?	15
1.1. A obra <i>O Príncipe</i> em sentido literal	16
1.2. A natureza humana em <i>O Príncipe</i>	21
1.3. <i>O Príncipe</i> em sentido satírico	22
1.4. A natureza humana na obra <i>Discorsi</i>	23
2. MAQUIAVEL E O MÉTODO ‘PRAGMÁTICO’	30
2.1. Aplicação do método pragmático na evolução política	32
2.2. A História contada a partir do realismo maquiaveliano	35
2.3. Maquiavel: monárquico ou republicano?	37
2.4. Liberdade Interna: o povo contra os grandes	39
2.5. A criação de tropas próprias como recurso para a liberdade externa	42
3. <i>A MANDRÁGORA</i> COMO RETRATO DE FLORENÇA	48
3.1. Os personagens e suas representações	49
3.2. Crítica à Igreja	52
3.3. Demonstração da natureza humana representada pelos florentinos	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Podemos considerar a filosofia política como uma das mais importantes áreas de estudo do saber, tendo em vista que estuda este os homens enquanto indivíduos políticos, sociais e racionais. Faz-se assim de grande importância a compreensão de conceitos explicativos do entendimento humano, tais como “natureza humana”, “*virtú*”, entre outros. Investigando o homem enquanto indivíduo atuante na comunidade a qual está inserido, seja no contexto da *pólis* grega ou no Estado Moderno. Analogamente, só é possível identificarmos o cerne das regras políticas estabelecidas por convenção humana quando trabalhamos com conceitos e ideias. Para tal tarefa, conceitos como natureza/condição humana, *virtú* e fortuna, apresentadas por Maquiavel, são cruciais para o entendimento do indivíduo em si, tendo em vista que também é a partir desses conceitos que se governam as províncias e os Estados e são estas as bases de todas as organizações políticas. Ora, pois as regras e leis de cada território são formuladas a partir das ações e comportamentos humanos.

Pensadores do período Moderno se propuseram a estudar a condição humana, ou seja, analisar o verdadeiro comportamento humano, para que assim fosse possível desenvolver um sistema governamental ideal que suprisse a necessidade do homem com base no seu estado natural, condenando-o ou gloriando-o. Ao contrário disso, o filósofo Nicolau Maquiavel se dedica ao estudo da história de modo pragmático (relativo à praticidade e eficiência) e realista. Segundo Maquiavel, é necessário que trabalhemos com as ferramentas dispostas no momento, neste caso a realidade da situação em sua plenitude e veracidade, o que também implica um marco como a passagem do período Medieval para o Moderno, visto que Maquiavel apresenta um novo estilo de escrita e leitura, consoante com a arte, ciência e tradições da época, que não apenas se moldam mas também contribuem para a transformação do pensamento das sociedades. Semelhantemente, a partir das histórias passadas é possível se extrair uma moral que seja aplicável para que a possível mudança no presente. Percebemos assim que Maquiavel não se propõe a criar soluções e realidades utópicas, mas a demonstrar métodos que equivalem às circunstâncias factuais, possuindo assim um método pragmático e utilitarista na sua teoria política, ou seja, um valor prático e útil ao demonstrar cada ação proposta como exemplo.

Por sua extrema peculiaridade e diferença de escrita de outros políticos e filósofos de sua época e da posterioridade, Maquiavel se destaca e é interpretado de diversos modos. Assim como seus escritos, que são estudados e comentados até os dias de hoje fazem com que esse filósofo cativasse leitores nas mais diversas áreas do saber. As denominadas ciências, tais como a

economia e antropologia, podem apresentar uma leitura que tendem ao ‘maquiavélico’, assim como também é lido na política do direito, resumindo-se por passagens em que Maquiavel diz que “é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que sirva ou não disso de acordo com a necessidade.” (MAQUIAVEL, 1999, p. 99). Distintamente dessas áreas, a filosofia abrange sua ótica para uma análise mais detalhada e direcionada para todos os aspectos conjunturais das obras, do filósofo e da contextualização da época e localidade em que ele estava inserido. Por essas diferenças, a leitura filosófica abrange mais aspectos e se volta para uma leitura mais fiel ao pensador, no sentido de não se tendenciar para pré-denominações. Nesse ínterim, analisaremos *O Príncipe* em seu sentido literal e satírico, tendo em vista que a obra pode apresenta esses sentidos em sua leitura. Nessa perspectiva, defendo que Maquiavel escreveu sua obra em aspecto utilitário, sendo assim, escreveu tanto para os grandes (governantes) -pois ele ansiava que as províncias italianas se unificassem e alcançassem a liberdade externa, e se mostrava provável que fosse alcançado por meio dos governantes- como também escreveu para os povos, com a finalidade de que esses fossem tomados pela consciência de coletividade e obterem liberdade interna.

Em sentido literal, temos de base um grande e polêmico leitor: Napoleão Bonaparte. Uma vez que Bonaparte foi um grande imperador francês que utilizou de métodos sangrentos para sua glória, questiona-se: a obra *O Príncipe* foi realmente escrito para os grandes (governantes)? Bonaparte acredita piamente que sim, ao deferir seus comentários nas passagens da obra, nos diversos estágios de sua vida política (cônsul, general, imperador), abraçando-a de tal modo como se a obra fosse escrita exclusivamente para ele e seus semelhantes, os governantes. É crucial ressaltar aqui que a leitura de Bonaparte é maquiavélica, ou seja, se inclina à leitura em sua forma literal, sem considerar outros possíveis pontos de vista. No entanto, Napoleão, em contradição da ótica maquiaveliana, ao discordar de Maquiavel em algumas passagens, se apresenta como um tirano em algumas observações: “Atraí-los!¹ Não me darei a esse trabalho. Serão obrigados pela minha força a me obedecer, especialmente dentro do plano da Confederação Renana. (imperador)” (BONAPARTE, 1996, p. 54).

Pelas leituras e análises equivocadas e literais de Napolão Bonaparte e alguns outros leitores, surge então um conceito pejorativo relativo à teoria de Maquiavel nomeado como ‘maquiavélico’, expressão usada sempre referente à ações ardilosas, calculistas e trapaceiras.

¹ Nessa passagem, Napoleão está se referindo aos povos.

Contudo, há uma segunda uma ótica: a filosófica. Aqui, não podemos nos deter aos escritos de Maquiavel sob esse olhar equivocado e grosseiro, que nos é pouco satisfatório.

Continuamente, sob outra ótica de leitura, dessa vez um exame que gera um resultado um tanto quanto satírico, temos os filósofos Jean-Jacques Rousseau e Benedictus de Spinoza como base. Spinoza compartilha do mesmo pensamento de Maquiavel no que diz respeito às paixões, que conduzem o homem sob primazia: “Sendo os homens como dissemos mais conduzidos pelas paixões que pela razão [...]” (SPINOZA, p. 61), semelhante ao que diz Maquiavel sobre como os homens podem corromper-se. Spinoza discorre acerca de um acordo comum, dizendo para que ele exista é necessária uma paixão em comum entre os homens, pois pela natureza humana não há uma inclinação à destacar a razão, mas sim as paixões. Como afirma Maquiavel: “ter algo para impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente” (MAQUIAVEL, 2008, p.139). Ambos os pensadores concordam que o bem comum deve ser a finalidade tanto dos governantes quanto dos governados.

No capítulo V do *Tratado Político*, cláusula 7, Spinoza escreve diretamente sobre Maquiavel, especulando-se sobre a finalidade de sua obra *O Príncipe* e mostrando seu parecer:

Talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem que, se não é fútil ao ponto de se julgar capaz de agradar a todos, deverá constantemente recear qualquer conspiração e, por isso, vê-se obrigado a preocupar-se, sobretudo consigo próprio e, assim, a enganar a população em vez de a salvar. E estou tanto mais disposto a julgar assim acerca deste habilíssimo autor, quanto mais em considero-lo um partidário constante da liberdade e quanto, sobre a maneira necessária de a conservar, ele deu opiniões muito salutares. (SPINOZA, 1994, p. 60)

Nessa mesma perspectiva de leitura e escrita sobre o que se refere as monarquias, o filósofo Rousseau afirma que os governantes de uma monarquia nunca estarão irresolutos sobre o amor ou o temor dos povos, escolhendo sempre a maldade, para que isso resulte em povos que podem ser controlados pela fraqueza e pelo temor. O filósofo genebrino é outro leitor maquiaveliano do qual acredita que Maquiavel escreve para os povos, em defesa da liberdade:

[...] é natural que os príncipes deem sempre preferência à máxima que lhes é mais imediatamente útil. É o que Samuel expôs, com vigor, aos hebreus. É o que Maquiavel fez ver com evidência. Fingindo dar lições

aos reis, deu-as, e grandes aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos. (ROUSSEAU, 2006, p. 88)

É, portanto, com bases nessas leituras, conhecimentos e referências, maquiavélicos maquiavelianos, que defenderei e argumentarei sobre *O Príncipe* enquanto uma sátira em defesa da liberdade (em dois aspectos: interna e externa), tendo também como base as outras obras do filósofo (*Discorsi*, *História de Florença* *A Mandrágora* e *A Arte da Guerra*). Ao apresentar a obra enquanto uma sátira, não excludo, contudo, a veracidade das palavras de Maquiavel deferidas ao príncipe, tendo em vista que o sonho de Maquiavel era, *a priori*, presenciar a unificação da então fragmentada Itália em que ele vivia, salvaguardando a liberdade do país frente as potências estrangeiras e também retornar à Florença e à prática política; mas também, *a posteriori*, escrever para os povos, afim de que esses possam providenciar sua própria liberdade.

*“Em baixo e em cima da
terra, o ouro um dia vai
secar. Toda vez que um
justo grita, um carrasco o
vem calar.
Quem não presta fica vivo;
quem é bom, mandam matar.*

*Dorme, meu menino, dorme...
Fogo vai, fumaça vem...
Um vento de cinzas negras
levou tudo para além.”*

(Cecília Meireles)

1. QUAIS OS OBJETIVOS DA OBRA *O PRÍNCIPE*?

O objetivo dessa pesquisa está contido em compreender os principais aspectos da obra *O Príncipe* de Maquiavel, com o auxílio de outras obras do autor e de comentadores. Mais especificamente, nos debruçaremos a seguinte questão: quais eram os objetivos de Maquiavel ao escrever a obra *O Príncipe*? Essa obra foi escrita pelo filósofo e político florentino Nicolau Maquiavel em 1513 e até os dias atuais questiona-se qual era o principal objetivo do filósofo, seria apenas oferta-la ao príncipe Lourenço de Médici como um precioso presente? Ou há outros objetivos? Mesmo depois de séculos da sua publicação essa obra ainda continua viva, com grande influência para os estudos políticos e persistente em alguns mistérios. Sendo assim, é justo e digno que nos debrucemos ao estudo minucioso desse grande manual político.

O objetivo d' *O Príncipe* parece-nos uma questão intrigante, haja vista que os escritos de Maquiavel não deixam evidências exatamente claras acerca do real objetivo da obra. Ainda que haja uma breve introdução do filósofo apresentando o livro como um presente ao Lourenço II, há dúvidas se esse era realmente o único e exclusivo objetivo da obra. Ora, trata-se de um escrito extremamente peculiar e que revolucionou todos os escritos políticos até então. Fugindo dos moldes tradicionais, analisaremos a obra tanto no seu sentido literal quanto em um outro possível sentido: uma sátira.

Maquiavel escolheu um estilo de obra comum na época, os chamados 'espelhos do príncipe', sendo esse o único aspecto comum do livro. Esses escritos eram muito comuns, trata-se de escritos em forma de conselhos aos príncipes, literalmente obras das quais deveriam servir de espelho ao dirigente. Mas Maquiavel não conteve suas palavras pautadas na tradição, muito pelo contrário, a quebra com a tradição de sua época se apresenta nítida, exclusivamente a tradição da Igreja que foi rompida por nosso filósofo florentino com incrível destreza e sagacidade. Sendo assim, vemos que há muitos motivos para que haja dúvidas acerca dos verdadeiros propósitos de Maquiavel. Ao ceder o tradicionalismo, creio que o objetivo do nosso filósofo era também o de voltar a atenção do maior número de pessoas possível para a obra, sendo esse público tanto os grandes quanto os povos.

Nesta pesquisa defendo a ideia de que *O Príncipe* se trata de uma obra satírica que possui como pressuposto a liberdade em seu espírito republicano, tanto das províncias (posteriormente unificadas) quanto dos povos. Contudo, ao abordar a obra em um sentido

irônico não exclui a veracidade dos conselhos de Maquiavel à Lourenço, porém considero que esses não possam ser tidos somente em sua forma literal.

1.1. A obra *O Príncipe* em sentido literal

Nicolau Maquiavel escreve a obra *O Príncipe* com a intenção de dedicá-la ao príncipe atuante na época em Florença, o Lourenço de Médici. Faremos inicialmente uma leitura literal da obra, ou seja, uma análise baseada no sentido restrito e limitado às palavras do filósofo, que foram direcionadas exclusivamente ao príncipe em questão. Com isso, inevitavelmente, restringimos a análise à atribuição do sentido ‘maquiavélico’, termo concedido à obra pelos medievais e governantes.

Analizando a obra em seu modo literal, a principal pretensão de Maquiavel é dedicar a obra ao príncipe para que este tenha uma espécie de espelho, informando como manter o seu poder e conquistar territórios. A atribuição de ‘grandes’ se refere aos importantes dirigentes políticos, que de alguma forma influenciam o modo de vida dos povos, aqui tomados como súditos. Em *O Príncipe*, Maquiavel não necessariamente se apresenta como favorável à monarquia, estando mais para um simpatizante desse modo de governo. Contudo, não esconde sua preferência às repúblicas em outras obras de sua autoria, como por exemplo, a obra *Discorsi*².

Maquiavel se encontrava em um contexto político muito conturbado. A antiga Itália ainda era apenas pequenas províncias desunidas e fracas, submetidas a potências estrangeiras (mercenárias). Em Florença, o governo de Cosme de Médici deixara muito rancor e inimigos na cidade. Maquiavel ao apontar que o príncipe deve ser temido e não odiado, faz um alerta para Lourenço de Médici, de alguns perigos que deixou o governo do seu antecessor (Cosme de Médici). E assim, Maquiavel dá dicas ao príncipe que tinha a função de resgatar o prestígio da família Médici em Florença, tendo em vista que do contrário o ódio e o rancor daria espaço para as outras famílias florentinas poderosas tomarem o governo.

A obra também possui a pretensão de servir como um escopo de libertação da Itália. Em 1513, ano da publicação de *O Príncipe*, como vimos, a Itália ainda não era ‘Itália’ que hoje conhecemos, ou seja, um país independente e unificado. Indubitavelmente, veremos que *O*

² *Discorsi* ou *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* trata-se de uma outra de Nicolau Maquiavel, escrita também no início do século XVI e publicada em 1531.

Príncipe também é um projeto de unificação da Itália. Maquiavel sempre deixou explícito em seus escritos que o único modo de libertar a Itália do poder estrangeiro seria pela unificação das províncias. A sua incrível e revolucionária criação de uma tropa própria formada com os cidadãos da cidade era um dos recursos para atingir essa liberdade. Ver a Itália unificada era um grande sonho de Maquiavel, tendo como preferência uma Itália republicana, mas se isso não fosse possível, que fosse então por meio de uma liderança monárquica, de César Bórgia ou como na obra apresentada, pelos próprios Médici. Maquiavel trata dessa questão no capítulo XXVI (Exortação do príncipe para livrar a Itália dos Bárbaros) d' *O Príncipe*:

É preciso, assim, preparar essas tropas, para ser capaz de defender-se dos estrangeiros com a bravura italiana. [...] resultará a composição de uma geração de guerreiros bem como a mudança de métodos. E essas coisas reorganizadas, dão fama e grandeza a um príncipe novo. (MAQUIAVEL, 1999, p. 150)



(Mapa da Itália em 1500. Disponível em <segundopassosohistoria.blogspot.com>)

Aqui temos como ilustração um mapa da antiga Itália em 1500, fragmentada e constituída por repúblicas e principados, dentre essas repúblicas as principais cidades estavam sob domínio estrangeiro, tais como Milão dominada pela França e Nápoles pela Espanha. Isso se deu por conta da grande fragilidade política que era gerada por essa fragmentação territorial, tomando as palavras de Paul Larivaille a Itália era um mosaico de Estados irremediavelmente divididos e perdidos. Esse aspecto não é excluído na obra em sentido satírico.

Para unificar a Itália e alcançar outros objetivos relativos à função do príncipe, Maquiavel traz alguns apontamentos de como Lourenço deve parecer ao povo, os quais iremos analisá-los. Para o nosso autor, como os homens não possuem critérios válidos para julgar (pois estes vivem de aparências), o príncipe não precisa necessariamente ‘ser’, mas deve ‘parecer’, temos aqui um grande jogo político de aparências. A fama de piedoso é benéfica ao príncipe, mas se a fama de cruel vier à tona ele não deve dispor de muita preocupação, desde que os atos aos quais lhe deram essa fama sejam feitos para o bem do principado. Maquiavel discursa sobre uma questão pertinente ao príncipe sobre qual sentimento é superior (do povo em relação ao príncipe): ser amado ou ser temido. Segundo Maquiavel, convém adquirir um equilíbrio entre ambos, mas se isso não for possível é melhor ser temido do que amado, pois a natureza dos homens é de tamanha ingratidão e ambição que não dão tanta atenção aos atos piedosos na mesma proporção que importam com suas recompensas. Além disso, os homens não ousam pensar duas vezes em ofender e contrariar aqueles que amam, pois os que estão debruçados no amor se apresentam dispostos à uma maior tolerância e passividade, aceitam com resignação e clemência as imposições e desejos, trazendo maior confiança e poder sob quem apresenta o amor. Sendo assim, também o vínculo afetivo se dá por uma relação de interesses e conveniência, o qual pode ser rompido a qualquer momento. Em oposição do temor que traz consigo a possibilidade do castigo, os homens são mais apazíveis e respeitosos com quem temem, consequentemente são relações difíceis de se romperem em contraste das relações com quem amam. O temor sempre será constante tendo em vista que, apesar de interesseiros, os homens são covardes e não ousam enfrentar quem temem, ao contrário do que podemos dizer do afeto, que por não haver subserviência, só há uma espécie de conveniência que pode acabar-se a qualquer hora. Em suma, nessas situações convenientes os homens permanecem em um prazo de tempo limitado, movidos pelo conforto e pelo hábito, pois se acomodam conforme a própria serventia. Sendo assim, o temor acaba sendo mais favorável do que o amor, pois o temor é capaz de colocar rédeas nas paixões dos homens. Conforme diz o autor:

E os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que lhes aprouver, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona. (MAQUIAVEL, 1999, p. 106)

Portanto, o príncipe deve afligir-se com a fama de cruel e deve ter cautela para que a temeridade não se transforme em ódio. O príncipe será odiado se tomar atitudes exorbitantes, como apossar-se dos bens e das mulheres dos próximos, uma vez que “os homens se esquecem

mais rapidamente da morte do pai do que perda de patrimônio.” (MAQUIAVEL, 1999, pág. 107). As milícias também se interessam pela fama de cruel do príncipe. Ora, os homens possuem grande apreço pelos atributos que desejam possuir ou que possuem e assim é com os soldados em relação à crueldade, de tanto ansiarem parecerem cruéis aos povos, admiram os grandes que atingem essa aparência. Contudo, é crucial que o príncipe mantenha um equilíbrio entre o amor e o temor e que evite sempre ser odiado, pois o temor causa controle, mas junto ao amor temos uma perfeita moderação, diferentemente do ódio que causa o efeito de profunda repugnância, repulsa e revolta por parte do povo, gerando rebeldias e calúnias.

O príncipe deve saber aproveitar-se da fama de cruel quando esta lhe for disposta. Ora, como vimos os homens não traem a quem temem, pois são covardes demais para isso. Pela natureza humana ingrata e interesseira dos homens, Maquiavel afirma que o príncipe precisa ser cruel em algumas situações, sendo essa a segurança que lhe manterá no poder, evitando traições. Entretanto, ainda que estejam ajustados pelo temor o príncipe não pode contar com o povo a todo momento, pois os homens são capazes de oferecer tudo o que possuem em troca de recompensas desde que estes bens não vos fareis falta, do contrário os homens retiram as promessas feitas com a mesma facilidade de quando as lançaram. Vejamos:

Os homens costumam ser ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro; enquanto lhes proporciona benefícios, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como se disse antes, desde que a necessidade dessas coisas esteja bem distante. (MAQUIAVEL, 1999, p. 106)

O príncipe deve agir com cautela perante o povo, procurando ser amado. Ora, a natureza dos homens é má e só dispõe de bondade quando necessário. Dessa forma, se o povo odiar o príncipe, se rebelarão contra ele. Não basta ao príncipe apenas ser temido, ele precisa ser amado. O temor proporciona benefícios mútuos ao príncipe, como lealdade e respeito, sendo, em moderação, a relação de conveniência disponibilizada apenas pelo amor que desperta apreço e estima ao príncipe. O amor garante servidão e troca recíproca entre ambas as partes relacionadas, levando em consideração que a natureza dos homens é egoísta, estão então dispostos a conservarem as relações que suprem suas paixões. Dessa forma, o príncipe benevolente, que é amado pelo seu povo e que realiza os desejos destes, terá em troca apoio e segurança. Porém, Maquiavel aconselha ao príncipe que faça o bem gradativamente, para que assim o amor do povo se estenda por um longo prazo. Ao contrário de quando o governante precisar realizar o mal, que deve ser feito de uma vez só para que a revolta e a dor sejam sentidas em um curto prazo de tempo. Surpreendentemente, Maquiavel parece desconsiderar aqui a

condição rancorosa dos homens, já que o autor diz em algumas passagens que os homens não costumam esquecer-se facilmente do que os prejudica, sobretudo quando se trata da retirada de seus bens. Nesta análise, já estamos nos aproximando do sentido irônico da obra, fugindo da restrição ‘maquiavélica’ designada ao escrito.

O príncipe precisa administrar sua bondade, de modo que ela se equilibre com o temor, excluindo riscos de traições. Se o príncipe for de todo bondoso, parecerá estar disposto a tudo pelo povo, o que lhes dará liberdade para serem perversos, tendo em vista que somente o amor em grande escala traz a confiança para a traição, pois diante do afeto em grande quantidade os homens se sentem seguros e livres, acreditando que tudo podem fazer sob quem lhes assegura amor:

É preciso considerar, também, que quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta o seu poder; é mais fácil para ele provocar alterações da ordem. E, o que é bem mais funesto, sua ambição desenfreada acende o desejo de posse no coração dos que não o tinham, seja como vingança, para despojar os inimigos, seja para compartilhar as honrarias e riquezas de que querem fazer uso ilícito. (MAQUIAVEL, 2008, p.35)

Contudo, Maquiavel afirma ainda que "o temor de perder o que se tem provoca paixão igual à causada pelo desejo de adquirir." (MAQUIAVEL, 2008, p. 34). Dizendo assim que o medo de perder seus bens farão com que os homens amem o príncipe com a mesma intensidade que desejam e amam suas paixões e bens, tendo em vista que o príncipe pode facilitar a aquisição desses bens, assim como pode tomá-los. Em outras palavras, o medo da perda de bens causa o mesmo desejo que os homens possuem em adquirir bens. Assim Maquiavel reforça a necessidade do temor, mas reafirma novamente que somente o medo não basta, sendo necessário equilibra-lo com o amor.

Desta análise podemos identificar em sentido literal resquícios da atribuição ‘maquiavélica’ designada à obra. Nomeação atribuída aos princípios políticos e filosóficos de Maquiavel que apontam conselhos baseados em artilosidades, na ação realizada com meios duvidosos e cruéis para se atingir um determinado fim (principal objetivo do homem: alcançar seus próprios fins). Se agir de tal forma -seja ela maléfica ou não- lhe apresentar algum benefício, então assim deve agir o príncipe. Surge então, dos leitores maquiavélicos, de forma inventiva a frase que nunca foi dita por Maquiavel: “os fins justificam os meios”.

1.2. A natureza humana em *O Príncipe*

Maquiavel apresenta a natureza humana com propriedades não tão agradáveis, possuindo todos os homens características como a ambição e o interesse voltados somente para si mesmos. Partindo dessas características, o príncipe deve aprender a ser mal conforme as necessidades, pois os homens tendo em sua condição o hábito de voltarem a atenção para o que deveria ser feito ao invés do que estão fazendo, dedicam-se a circunstâncias ainda futuras e não atingidas, e não para a realidade presente, encaminhando-se assim para a autodestruição.

A natureza humana maquiaveliana não permite que um ser possua somente qualidades agradáveis, conseqüentemente há características más. Assim como também não é possível que o homem seja de todo mal, pois segundo Maquiavel os homens não possuem apenas um tipo de característica predominante. Similarmente, é fato que não há como o príncipe praticar somente ações denominadas boas, mas faz-se necessário que ele procure evitar alguns defeitos, prezando assim pelas qualidades que são de grande valia.

No que se refere à fama, não deve ser essa a principal preocupação do príncipe, mas ele deve zelar para que se houver uma fama que esta não seja a de um liberal, ou seja, que não mostre muitos traços de luxo. Tendo em vista que nessa situação o povo odiará o príncipe pois a natureza humana sendo ambiciosa e interesseira, requer complacência e reconhecimento, devendo o governante guardar recursos para agradar seu povo em poucas quantias, mas em diversas vezes. Portanto, nessa situação é mais conveniente possuir a fama de miserável, do que a fama de um liberal no que tange as finanças, pois esta apenas dará origem à repulsa e ao ódio por parte do povo.

O príncipe precisa ser um bom simulador, de tal forma que tenha controle tanto sob a situação, quanto a quem engana. Além disso, se o príncipe precisar quebrar uma promessa, deve fazê-lo sem pensar duas vezes, pois de nada vale os juramentos e o príncipe será estimado pelo povo como corajoso e heroico. A saber a covardia é uma das características humanas, então aquele que se mostra corajoso é um ser admirável e que possui a sagacidade de praticar algo que não é do costume dos demais.

Os homens julgam mais pela aparência do que pela realidade. A isso se enquadra a preocupação em ‘parecer’ e não necessariamente em ‘ser’. Se um príncipe aparenta possuir qualidades, só terá benefícios. Ora, a aparência vale mais do que a ação, o real, pois os homens não se atentam à realidade com a destreza devida, visualizando o que parece ser e não se

preocupando em descobrir o que é de fato, por essas razões o príncipe precisa ter a habilidade de simular situações para ter o controle, atuando como um líder provido das características que agradam os povos, sabendo ligar com o jogo de aparências que é próprio da política.

Contudo, a melhor fortaleza é o apoio do povo. Nenhuma fortaleza garante segurança quando se possui o ódio do povo, pois estes podem rebelar-se contra o príncipe e/ou ainda quando os de indivíduos de fora se rebelarem o príncipe não terá o apoio do povo. Tendo em vista a condição de interesse dos homens, enquanto for conveniente ajudarão o príncipe, mas quando não o for, rebelar-se-ão pela força do ódio. Pois os homens somente são fiéis quando os interessa, devendo assim o príncipe saber manter lançar sua âncora nesse mar de incertezas e sempre deixar ativo os desejos desses inconstantes povos, para que assim ele possua algo para saciar esses desejos e acalmar a ânsia das multidões.

1.3. *O Príncipe* em sentido satírico

Vimos que no sentido literal, a obra *O Príncipe* pode aparentar um caráter cruel, ofensivo aos padrões morais impostos pela Igreja e até denominado ‘maquiavélico’. No entanto, resta-nos agora analisarmos a obra enquanto uma sátira. Com ‘sátira’ quero dizer que a obra contém ironias, estando repleta de trechos que demonstram: ridicularização ao tradicionalismo vigente da época; real modo de governo dos príncipes; aspectos incomuns ao estilo da obra etc.

Em contrapartida ao sentido literal, veremos então a obra por outra ótica. A princípio, devemos considerar que o contexto histórico ao qual Maquiavel estava inserido era de todo conturbado, assim como a sua vida pessoal. Florença já carregava a conhecida fama de ‘laboratório político’, pois foi alvo de diversos tipos de governo, assim como foi liderada por dinastias distintas e rivais, contando com golpes, fugas, assassinatos e malversações. Nesse campo de batalha político ao qual se encontrava Florença, Maquiavel era Segundo Chanceler da República, mas não por muito tempo. Com as já esperadas mudanças florentinas, a cidade sofreu outra modificação política na qual a República foi tomada mais uma vez pela Dinastia Médici, dessa vez com Lourenço II no comando do principado. Maquiavel que além de ser Chanceler da República, também participava de grupos dos quais foram acusados de serem contra a família Médici no poder, inevitavelmente acabou perdendo seu cargo político e foi exilado de Florença.

Em seu exílio, Maquiavel não encontrava ações significativas das quais ele poderia realizar para voltar à Florença a não ser seguir a tradição de escrever um ‘espelho do príncipe’. Muito comum na época, esse estilo de obra era escrito e dedicado aos governantes, porém sempre pautavam-se pelos padrões morais e cristãos, unindo a ética à política, dedicando uma obra da qual o príncipe pudesse fiar-se em exemplos ‘corretos’ e dignamente humanos (seguindo o que prega o cristianismo), obras que literalmente eram consideradas aptas para servirem de espelhos à magnitude desses comandantes. Fugindo completamente desse molde, a única tradição que Maquiavel seguiu foi o modelo da obra, no restante não se encontram vestígios devidamente morais e éticos da tradição, pelo contrário. Mas como Maquiavel esperava voltar à Florença através de uma obra tão distinta e obscura? Ora, além de seu grande desejo de retornar à sua província florentina, Maquiavel também possuía outros grandes desejos, tais como a libertação das cidades-Estados (pela unificação da Itália), a criação de tropas próprias para a autodefesa de Florença e acessibilidade para que o povo compreenda como a política ocorre de fato. Não sabemos ao certo se Maquiavel esperava que sua obra promovesse tanta polêmica e discórdia, mas podemos acreditar que sim. É certo que para uma obra política chegar até o povo era necessário que houvesse uma repercussão escandalosa. Também é importante ressaltarmos que antes de Maquiavel escrever *O Príncipe*, ele já estava redigindo a obra *Discorsi* (na qual há certas ideias opostas à obra *O Príncipe*), mas precisou interromper a escrita, certamente por um interesse maior.

1.4. A natureza humana na obra *Discorsi*

A discussão sobre a natureza humana em Maquiavel faz-se necessária para o entendimento geral dos desdobramentos políticos, ou seja, para compreendermos como são formuladas as leis e como se dá a manutenção da política, pois é a partir das características humanas que podemos definir os limites e generalizações dos resultados políticos, sob um modo viável da pesquisa. A natureza humana apresentada por Maquiavel se refere aos hábitos e costumes comuns a todos, tendo em vista que está relacionado ao caráter predominante dos homens.

Maquiavel nos apresenta uma natureza humana não muito afável, visto que segundo ele os homens tendem a um modo de agir cruel e implacável. Na Introdução da obra *Discorsi*, o autor já inicia a obra de um modo embaraçoso, dizendo que os homens são “por natureza invejosos [...] pois se inclinam mais à crítica do que ao elogio” (MAQUIAVEL, 2008, p. 17).

A partir dessa definição inicial, podemos evidenciar que os homens sempre almejam algo, ou seja, possuem ambições infinitas, deste modo sempre vão buscar métodos e maneiras de alcançarem o que desejam. Como essas características da inveja e da ambição são imantes ao indivíduo, segundo Maquiavel, não há como desviar-se ou alterar tal modo de ser. Sendo assim, a maneira ideal de obter tais ambições humanas deve ser da forma mais sábia e viável, da qual aprenda a conduzir essas paixões de forma eficiente, que se diz do método ‘pragmático’.

Vejamos agora uma passagem dos *Discorsi* em que há expressa a caracterização da natureza humana. Aqui podemos ver que pelos conhecimentos do passado, podem-se criar hipóteses do que há de ocorrer futuramente pois os homens são movidos pelas paixões, que são inseparáveis da natureza humana, a qual ir-se-ão lidar com as mesmas situações sempre pois os elementos passados costumam são os mesmos do presente:

O resultado é que os que dedicam a ler a história ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora, como se a sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados. (MAQUIAVEL, 2008, p.18)

A partir da análise da história de Maquiavel e sob suas afirmações que expressam seu julgamento sobre a natureza humana, podemos identificar que os homens além de serem invejosos e ambiciosos, para o filósofo, são relutantes e sistemáticos à determinados pontos. Para exemplificar: resistem em acreditar que as circunstâncias podem ser as mesmas do passado, e assim duvidam que alguns acontecimentos podem se repetir, evitando imitar os grandes feitos remotos pois acreditam serem impossíveis de serem executados novamente, como se por sua magnitude fossem apenas um mito, com personagens não-humanos -como se fossem realmente deuses- e circunstâncias irreais e utópicas.

A partir de seus conhecimentos, Maquiavel apresenta a política como um surgimento necessário. Os homens, em sua origem, eram poucos e se comportavam como animais, mas para salvaguardar a vida passaram a distinguir e determinar quem seriam os líderes, acordando entre os membros do grupo que os chefes deveriam ser os mais fortes e corajosos, sendo estes os mais aptos para delimitarem as melhores formas de combate e defesa do grupo, tendo em vista que se fazem necessários para a conservação da vida:

Foi por acaso que surgiram essa variedade de governos. No começo do mundo os habitantes da terra eram pouco numerosos, e viveram por muito tempo dispersos, como animais. Com o crescimento da população, os homens se reuniram e, para melhor se defenderem, começaram a distinguir os mais robustos e mais corajosos, que passaram a respeitar como chefes. (MAQUIAVEL, 2008, p. 24)

Nessa busca pela definição da natureza humana, identifica-se a presença de duas categorias gerais de homens, que se dá em uma tensão entre a que deve ser glorificada e a que deve ser abominada. Sob os dados analisados podemos crer que a primeira se diz dos homens corajosos, que construíram ativamente a história louvada, enquanto o segundo tipo se diz dos homens tiranos, a quem destruíram cidades e povos:

Não haverá ninguém tão insensato ou sábio, tão corrompido ou virtuoso, que, se lhe pedirmos para escolher entre as duas espécies de homem não aprove a que merece ser elogiada, criticando a que merece ser detestada. (MAQUIAVEL, 2008, p. 53)

Em uma outra passagem, vemos pelas palavras de Maquiavel de que os homens são movidos pelas circunstâncias e pelas necessidades, mas que a coragem aflora na ação humana quando a liberdade está presente. Além disso, sempre que puderem os homens irão agir a mercê do poder:

Como os homens agem por necessidade ou por escolha, e a coragem sempre brilha mais intensamente quando a escolha é mais livre [...] Mas como estão condenados a garantir o seu destino exclusivamente pelo poder, é preciso que fujam das regiões muito estéreis, e se fixem em terras fecundas, onde a riqueza do solo permita o desenvolvimento; onde os habitantes possam defender-se dos ataques, dominando quem se oponha a seu progresso (MAQUIAVEL, 2008, p. 20)

No capítulo Vigésimo Sétimo do Livro I (*Discorsi*), com o título “Raramente os homens sabem ser inteiramente bons ou inteiramente maus”, Maquiavel revela outro pormenor da natureza humana. O florentino utiliza um exemplo de covardia como ilustração., a história se diz de um caso de João Paulo Bargolini, um tirano que ao ter sua terra invadida pelo Papa Júlio II, teve a oportunidade de honrar sua imagem e vingar-se da Igreja se tivesse acabado com seu inimigo, mas não o fez, seja por bondade ou por falta de sagacidade. Supondo com isto, que a natureza humana não é nem de todo cruel e nem de todo boa, pois os homens não conseguem agir com apenas um desses extremos (a bondade ou a maldade):

Do episódio se conclui que os homens não sabem guardar nenhuma dignidade no crime, nem ser perfeitamente bons. E que, quando o crime apresenta algum aspecto de grandeza ou generosidade, temem praticá-lo. (MAQUIAVEL, 2008, p. 95)

Na mesma ocasião, capítulo Vigésimo Nono do Livro I (*Discorsi*) “Quem é capaz de maior ingratidão: um povo ou um príncipe”, Maquiavel reforça a condição humana com certa tendência à desconfiança uns para com os outros e que são seres desejantes de algo: “Como a ambição e a desconfiança são naturais no homem e como não se pode impor limites à sorte [...]”

(MAQUIAVEL, 2008, p. 99). É nessa essência de confronto da natureza humana que surge, por necessidade, as diferentes formas de governo legítimos: aristocrático, popular e monárquico; e suas derivações: despotismo, oligarquia e permissividade. Ainda no mesmo contexto, Maquiavel argumenta que os homens agem por necessidade: “Os homens prudentes sabem tirar proveito de todas as suas ações, mesmo daquelas a que a necessidade os obriga.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 161), mas também agem por ambição:

E da mesma forma que um grupo de homens será incapaz de fundar uma instituição, se não lhe reconhecer as vantagens, porque a diversidade de opinião obscurece o seu julgamento, depois que lhe admitam a utilidade, jamais poderão pôr-se de acordo para abandoná-la. (MAQUIAVEL, 2008, p. 50)

Das citações acima é possível concluir que as ideias de Maquiavel iniciam o que podemos chamar de utilitarismo político. Para o autor, os homens são movidos pela necessidade e pela ambição, mas ainda que ajam pela necessidade, se forem homens de *virtú* podem extrair benefícios dessas ações. Ao reconhecer as vantagens que podem retirar de determinadas atitudes, os homens são capazes de grandes consumações, como por exemplo: fundações de instituições. Mas se não reconhecem ou não procuram analisar as vantagens, abandonam facilmente o que haviam planejado. Todavia, uma vez que se organizam para tal tarefa, que trará recompensas, jamais serão capazes de abandoná-la ainda que se tenha múltiplas opiniões. Para tal diversidade de opiniões que podem ocasionar em conflitos, temos a política das repúblicas e ação dos legisladores para “impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 139), visto que os homens podem facilmente corromper-se quando o assunto envolve as paixões: “da facilidade com que os homens se deixam corromper; da presteza com que o seu caráter se transforma, ainda quando naturalmente bom e cultivado pela educação.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 139). Neste contexto, a política utilitarista possui o objetivo de instruir os homens de acordo com suas finalidades, ou seja, de suprir suas paixões e o desejo pela liberdade.

É visível nos *Discorsi* que Maquiavel considera os homens como seres ‘perigosos’, capazes de destruições e desordens ao que concerne seu próprio bem. Na passagem a seguir podemos ver a crítica do filósofo à política utópica, que idealiza uma república sem guerras e discórdias. Como o homem não pode se desvencilhar de suas características perversas, para Maquiavel, essa idealização não possui condições de se desenvolver:

Afastados o ressentimento, a licença, a corrupção, todas as ambições, veria renascida a idade de ouro em que todos podem sem temor exprimir e sustentar uma opinião. Veria enfim o mundo triunfante, o príncipe cercado de respeito e glória, os povos felizes envolvendo-o com o seu amor. (MAQUIAVEL, 2008, p.55)

Ainda na obra *Discorsi*, Maquiavel introduz o Livro Segundo dizendo que “os homens elogiam o passado e se queixam do presente, quase sempre sem razão.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 189). Não é novidade o fato de que Maquiavel considera os homens como indivíduos relutantes e covardes, todavia o autor nos apresenta outra característica habitual dos humanos, que se diz da irracionalidade. Mas será que com isso podemos dizer que possivelmente trata-se de uma irracionalidade intencional, tendo em vista que os homens são seres dotados de racionalidade e providos da capacidade de raciocínio lógico? Pelos pensamentos de Maquiavel essa irracionalidade não pode ser inteiramente intencional, pois quando se trata dos apetites humanos, os homens cegam-se pela ambição, sendo este o obstáculo para raciocinarem com a devida razão, ainda que esta seja própria dos humanos. Do mesmo modo, para Maquiavel, os homens nunca estarão sob a posse de total contentamento, já que isso depende não só deles, mas também procede da fortuna, ou seja, depende do acaso, da sorte ou do azar que são incertos e não permitem que os homens desfrutem de tudo o que querem ou quando querem. Logo, não é possível que os homens tenham pensamentos e atitudes racionais a todo o tempo, pois necessitariam de uma fortuna perfeita para tal:

[...] nada pode saciar os apetites humanos, pois a natureza nos deu a faculdade de tudo desejar, mas a sorte não nos deixa senão provar poucas coisas, disto resultando um descontentamento permanente, e um desgosto pelo que possuímos, o que nos faz culpar o presente, louvar o passado e desejar o futuro, ainda que sem razão. (MAQUIAVEL, 2008, p. 191)

Maquiavel alega que muitas das críticas conferidas às multidões não são exclusivas destas, mas sim próprias dos homens em geral, incluindo o príncipe. Nesse contexto, Maquiavel discorda da afirmação de Híeron³ e de muitos historiadores, que definem a natureza da multidão em dois extremos: servir com humildade ou dominar orgulhosamente. Vejamos que Maquiavel não nega que a multidão possa agir/aja com determinadas formas, ele apenas nega que essas atribuições possam ser exclusivas do povo, sendo que todos os homens, isolados ou em cadeias, estão propensos à essas reações, sendo assim, próprias da natureza humana. Outrossim, uma

³ Tirano das antigas colônias gregas.

alternativa para controlar essa natureza, que aflora pela falta de leis, é justamente a implantação das mesmas:

Direi, portanto, que o defeito que os historiadores atribuem à multidão pode ser imputado aos homens, de modo geral – e aos príncipes, em particular. Com efeito, todos a quem faltem leis para regular sua conduta podem cometer os mesmos erros que as multidões sem freios. (MAQUIAVEL, 2008, p.179)

Podemos constatar a nítida semelhança da descrição da natureza humana em ambas as obras (*Discorsi* e *O Príncipe*) de Maquiavel. No entanto, nos *Discorsi*, Maquiavel se contém em descrever a natureza humana dos homens em geral, não distinguindo com precisão os grandes dos povos. Ao contrário do que Maquiavel apresenta n’*O Príncipe*, pois a obra está voltada (ainda que apenas formalmente) ao Lourenço II, não podendo em hipótese alguma ser dedicada diretamente à ambos os públicos, visto que se trata de oposições: os que detêm o poder (grandes) e os que estão em condição de submissão (povos). Por razões práticas Maquiavel afirma:

Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos de que todos os interessados tirem proveito, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. E muitos imaginam repúblicas e principados nunca vistos ou reconhecidos como reais. (MAQUIAVEL, 1999, p. 99)

Além disso, é importante salientarmos que Maquiavel não está necessariamente se contradizendo nas duas obras (*O Príncipe* e *Discorsi*). Ao afirmar a natureza humana como interesseira e ambiciosa, Maquiavel é o melhor exemplo dessa regra. Em outras palavras, ao escrever a obra *O Príncipe* com seus diversos motivos e interesses implícitos e explícitos, o filósofo estava agindo conforme seu desejo de voltar à Florença, talvez sendo esse o principal interesse, mas indubitavelmente não o único, tentando tirar o maior proveito possível com o lançamento de apenas uma obra.

*“Vês! Ninguém assistiu ao formidável
enterro de tua última quimera.
Somente a Ingratidão -esta pantera-
foi tua companheira inseparável!*

*Acostuma-te à lama que te espera!
O Homem, que, nesta terra miserável,
mora, entre feras, sente inevitável
necessidade de também ser fera.”*

(Augusto dos Anjos)

2. MAQUIAVEL E O MÉTODO ‘PRAGMÁTICO’

Considerando que as ações humanas são o princípio da política, Maquiavel estuda a história enquanto realidade, isto é, analisa a realidade histórica e o comportamento humano por interpretações filosóficas pautadas na realidade. Neste mesmo sentido, Maquiavel propõe a história como base para o método pragmático da Política Moderna tendo em vista que o filósofo se dedica em discorrer sobre o realismo político, mais especificamente de Florença, propondo métodos que estão ao alcance do príncipe e do povo, com a finalidade de manter o poder dos grandes, mas também assegurar a liberdade do povo.

Para compreendermos melhor o termo ‘pragmático’ atribuído aqui ao método de Maquiavel, basta que o pensemos ao lado do método oposto: o idealismo político. Ora, o idealista devaneia sobre uma utopia e tenta inserir a realidade nesse ideal, ou seja, ele cria uma situação ilusória onde acontece o ideal e propõe métodos para que podemos chegar à sua idealização. Já o pragmático, define-se como aquele que “diz-se da pessoa, atitude ou projeto que é objetivo, direto, eficiente” (FERREIRA, 2001, p.550). Agora sob uma perspectiva mais filosófica, também podemos dizer que o pragmático refere-se ao que é eficaz (não devemos confundir com a corrente do pragmatismo), e mais ainda: “Uma história é composta pragmaticamente quando nos torna prudentes, vale dizer, quando ensina a sociedade de hoje a maneira de obter mais benefícios que a sociedade de ontem, ou pelo menos tantos benefícios quantos ela obteve.”(*Grundlegung zur Met. Der Sitten, II*, Nota) (ABBAGNANO, 2012, p. 919).⁴

Sobre os interesses do príncipe a primeira forma de assegurar o poder se diz pela preparação do ato de pensar. Esse ato diz respeito à uma análise minuciosa da história. Segundo Maquiavel, desde que a história seja prática pode-se extrair dela uma moral. Similarmente,

⁴ Definição do termo segundo o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano: PRAGMÁTICO (in. *Pragmatic*, fr. *Pragmatique*; al. *Pragmatisch*, it. *Pragmatico*) Esse adjetivo foi usado pela primeira vez por Políbio, para quem há nítida distinção entre a história “P.”, que cuida dos *atos*, e a história que se ocupa das lendas, como a que fala da genealogia das famílias e da fundação das cidades (IX,1,4). Políbio acrescenta também que a história P. é a mais útil para ensinar como o homem deve proceder na vida social. Depois, esse adjetivo foi usado com frequência na história política, especialmente alemã, a propósito de decisões constitucionais cujo caráter deveria ser ressaltado, sendo então chamadas de *sansões P.*” Kant dizia: “Chamam-se P. as *sansões* que não derivam propriamente dos direitos dos Estados considerados como leis necessárias, mas de compromisso para o bem-estar geral. Uma história é composta pragmaticamente quando nos torna prudentes, vale dizer, quando ensina à sociedade de hoje a maneira de obter mais benefícios quando ela obteve” (*Grundlegung zur Met. Der Sitten, II*, Nota). Ele chama de P. a fé fundada em juízo subjetivo da situação, como por exemplo a do médico que não conhece bem a doença que não deve tratar (*Crit. R. Pura*, Doutrina do Método, cap. 2, seq. 3). E chama sua antropologia de P. porque ela considera o que o próprio homem faz de si mesmo e não o que ele é por natureza (*Antr.*, Pref.). Na linguagem contemporânea essa palavra recuperou o sentido inicial. Quando não se refere a pragmatismo, designa simplesmente o que é ação ou que pertence à ação. [N.A.]. (ABBAGNANO, 2012, p. 919)

podemos afirmar que o passado se faz presente, uma vez que é através dele que moldamos as situações atuais, utilizando o passado como exemplo para o futuro. Esses exemplos estão sempre carregados de juízo de valor, pois é necessário que se tenha uma rigorosa análise para determinar se o fato ocorrido foi benéfico ou não, se serve de exemplo para repetição ou se serve de exemplo para aniquilação, para não se cometer o mesmo erro. Ora, é só a partir da história que é possível a criação de hipóteses e estratégias, tanto imitando os acertos, quanto nos esforçando para que não haja a reprodução dos erros passados. Bem como os fatos já ocorridos são informativos para responder a história do presente, a temporalidade atual só se dá, pois, um dia houve o passado. Em síntese, é nessa perspectiva que podemos afirmar que o passado é presente, devendo assim ser a condição do príncipe a de um intérprete do passado, sempre avistando as ações futuras. Assim recomenda Maquiavel ao príncipe:

[...] deve o príncipe ler histórias de países e avaliar as ações dos grandes homens, verificar como se conduziam nas guerras, analisar os porquês de suas vitórias e derrotas, para ser capaz de escapar destas e imitar aquelas; deve, principalmente, agir como teriam agido em épocas remotas alguns grandes homens, que imitavam os que antes deles tinham sido glorificados por suas ações. (MAQUIAVEL, 1999, p. 97)

Agora em contraste com os grandes temos os interesses do povo. Para isso, Maquiavel caracteriza o povo como o grupo daqueles que não se identificam com o desejo de comandar ou não possuem condições favoráveis para isso, por mais que o queiram. Ainda na época moderna, o povo é tomado como uma classe inferior; porém, com o início das revoluções, o povo passa a ocupar um papel ativo na sociedade, passando de uma condição passiva para uma condição de emancipação. Nesse sentido, Maquiavel alega que o povo não possui o desejo de comandar, mas desejam algo ainda mais sagaz: a liberdade. O povo possui o desejo e a função de salvaguardar a liberdade e para isso precisam de uma determinação positiva, que pode ser o próprio *ethos* em si, além de seus interesses pessoais. Mas a questão que aqui nos interessa é a inserção do método pragmático de Maquiavel para a realização dos desejos do povo, assim como os do príncipe e os demais considerados grandes. Essa maneira de apreender os desejos dos homens segundo o método pragmático maquiaveliano não pode ser descartado, pois orienta os homens para a conquista de seus ideais de forma utilitarista.

2.1. Aplicação do método pragmático na evolução política

Neste momento nos debruçaremos para a aplicação da história pragmática proposta por Maquiavel para a evolução da política e das conquistas dos indivíduos. Como já vimos, Maquiavel caracteriza os homens “por natureza invejosos [...], pois se inclinam mais à crítica do que ao elogio” (MAQUIAVEL, 2008, p. 17). A partir desta caracterização, já podemos evidenciar que os homens sempre almejam algo, ou seja, possuem ambições; por essa razão sempre irão buscar métodos e aberturas para alcançarem o que desejam. Como essa característica da inveja e ambição são imanescentes ao indivíduo, segundo o filósofo, não há como desviar-se dessa natureza humana. Assim como a maneira ideal de obter essas ambições deve ser da forma mais sábia e viável, que se diz do método pragmático.

O método pragmático de Maquiavel refere-se à uma técnica que possui como pressuposto o estudo detalhado da história para a explicação do presente. Através das passagens históricas e dos principais personagens romanos e latinos Maquiavel exprime as virtudes como aprendizado, ao passo que destaca os erros como algo a não ser aplicado de modo prático, ou seja, ele propõe um aprendizado didático para que os povos tomem a história como carga de conhecimentos não apenas teóricos, mas aplicáveis à realidade. Vejamos:

Nem é por acaso, nem sem motivo, que os sábios costumam dizer: basta considerar o que foi para saber o que será. De fato, em todas as épocas o que acontece neste mundo tem analogia com o que já aconteceu. Isto provém do fato de que, como todas as coisas humanas são tratadas por pessoas que têm e terão sempre as mesmas paixões, não podem deixar de apresentar os mesmos resultados. É verdade que a conduta dos homens é mais brilhante neste ou naquele país; isto depende da educação que dá forma à maneira de viver de cada povo. (MAQUIAVEL, 2008, p. 423)

Esta passagem de Maquiavel expressa o passado como fator crucial para a descoberta do presente. Pelos conhecimentos do passado podem-se criar hipóteses do que há de ocorrer, pois os homens movidos pelas paixões que são imanescentes à sua natureza humana de sagacidade e ambição, ir-se-ão lidar com as mesmas situações sempre, pois os elementos passados são os mesmos do presente, assim como as paixões são as mesmas em todos os humanos de todas as distintas épocas, o que se difere é o costume de cada povo. No entanto, os homens não se atentam à história pelo método do nosso filósofo, sendo assim limitam-se a conhecer a história desprovida de um caráter prático, vendo-a apenas como mera observação e curiosidade:

O resultado é que os que dedicam a ler a história ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora, como se a sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados. (MAQUIAVEL, 2008, p. 18)

Assim sendo, para Maquiavel os homens permanecem com a mesma essência com o decorrer do tempo, o que muda são os costumes e o método educacional, organizacional e condicional de cada nação, o que também interfere nos resultados presentes, mas a trivial temporalidade não interfere nas características dos elementos (os homens e a natureza). Ademais, os homens apenas apreciam a história como um mito, isto quer dizer que apreciam como algo inalcançável e impossível, como se o que aconteceu não pudesse ser repetido, por essa razão ficam presos ao presente sem mudanças significativas, ao invés de, a partir da apreciação tomar-se os acertos passados como espelho para repeti-los no agora, sendo também essa a finalidade de sua obra *O Príncipe*, dedicada ao Lourenço. Essa ação do ato de pensar se diz de uma ação debruçada na história refletida, que além da pragmática, se apossa da história geral, crítica e conceitual.

Maquiavel trata de uma outra temporalidade, que dessa vez não é acertativa e nem hipotética; ela se diz de um tempo baseado nas circunstâncias, trata-se da '*fortú*'. Podemos denominar essa fortuna como o acaso, espécie de sorte ou azar individual. A distinção desse tempo é que ele depende do presente e não do passado, como aponta Maquiavel no caso da história pragmática. Contudo, a sorte do presente é capaz de guiar apenas metade das ações; a outra metade depende das ações humanas, que da melhor forma se dá pelas análises do passado. Como não é algo racional se guiar apenas pela hipótese da boa fortuna, o príncipe e também o povo devem se voltar para as melhores ações, buscando a *virtú*, considerando a possibilidade de tempos difíceis. A *virtú* se refere à coragem, sagacidade e sabedoria para lidar com as adversidades políticas. Nesse sentido, enquanto a *virtú* se refere aos atributos moldados pelos homens, a fortuna está no campo da sorte e do destino, uma força que deriva unicamente da possibilidade do acaso, não dependendo unicamente da ação humana:

[...] e uma vez que nosso livre-arbítrio permanece, acredito poder ser verdadeiro o fato de que a fortuna arbitre metade das nossas ações, mas quem mesmo assim, ela nos permita governar a outra metade quase inteira. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se enfurecem, transbordam pelas planícies, acabam com as árvores, as construções, arrastam montes de terra de um ponto a outro; tudo foge diante dele, tudo se submete a seu ímpeto, sem conseguir detê-lo, e, embora as coisas aconteçam assim, não é menos verdade que os homens, quando a calmaria retorna, são capazes de fazer consertos e barragens, de sorte que, em outra cheia, aqueles rios estarão correndo por um canal, e seu ímpeto não será nem tão livre nem tão nocivo. (MAQUIAVEL, 1999, p. 143-144)

A partir desta reflexão de Maquiavel, vemos que a fortuna é responsável por metade dos rumos factuais e que a outra metade é responsabilidade exclusiva dos homens. Então, em

contraste da fortuna temos a *virtú*, uma antítese, em que as qualidades e preparações para o combate e a vitória devem ser preparados. Diz-se da *virtú* a capacidade de agir de forma correta no momento adequado. Assim, a prudência é um exemplo da *virtú*: “Aquele que é prudente, desse modo, deve escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e copiá-los” (MAQUIAVEL, 1999, p. 55) e também é uma espécie da imitação, pois condiz ao agir de uma maneira refletida, sendo assim, pode-se dizer que a prudência se dá pelo refletir acerca das experiências alheias. Porém, em algum momento da história, a glória e a ascensão política foram conquistadas de vários modos, isto é, de maneiras bondosas ou maléficas. Sendo assim, a *virtú* é um conceito abrangente para Maquiavel, pois a coisa certa pode ser feita de variadas maneiras. Com isso, podemos dizer que esse conceito não possui relação com a moralidade ou com as virtudes religiosas, por esse motivo não podemos confundir *virtú* com virtude. Vejamos nas palavras do filósofo:

[...] Esse partido é bom quando os outros falham, mas é muito mau o ter abandonado os outros remédios por esse, pois não irás cair apenas por acreditar encontrar quem te levante; isso não acontece ou, se acontecer, não será para tua segurança, dado que aquela defesa torna-se vil se não depender de ti. As defesas somente são boas, certas e duradouras quando dependem de ti próprio e da tua virtude. (MAQUIAVEL, 1999, p. 142)

Neste trecho, Maquiavel discorre sobre o motivo pelo qual os príncipes da Itália perderam seus Estados, alegando a falta de coragem ao fugirem dos tempos difíceis e a falta de preocupação ao manter o principado de modo estável; explicando no fim do capítulo, que as defesas só possuem caráter certo quando executada pelo próprio príncipe através de suas *virtús*, referindo-se aqui à coragem, preocupação e prudência, provenientes de um viés utilitário (pois visa a adequação correta da ação através das consequências e não propriamente relacionada às noções morais e virtuosas).

A principal *virtú* política do príncipe, portanto, deve ser a de interpretar o passado tendo em vista ações governamentais prudentes e assertivas no futuro. Um príncipe que não prepara suas tropas está em uma condição desonrosa, pois não obtém o entendimento das milícias. Assim, automaticamente perderá o respeito e louvor dos soldados pois se apresenta despreparado. Porquanto, desde que a história seja prática há uma moral para ser apreendida e usada a favor dos interesses humanos.

Um outro motivo que resulta na perda de alguns príncipes sobre os seus Estados se dá pelo fato de manterem preocupações individuais (como o luxo e honrarias), que não dizem

respeito às tropas, por exemplo. A segunda preocupação que um príncipe deve ter em relação à guerra é preparar de modo prático suas tropas para futuros combates.

Com a realização dessas duas ações (o ato de pensar pelo método pragmático e a preparação das tropas), o príncipe só terá proveitos, pois aperfeiçoará seu exército quanto suas táticas de defesa no contexto da guerra, e também ganhará a estima do povo, sendo essa uma garantia de segurança. Essa estima também se enquadra na categoria de uma *virtú* crucial para o príncipe, pois possuindo-a significa-se que o príncipe é aparentemente digno dela, merecendo a segurança do povo caso alguma situação ou outrem ameace a posse do seu cargo. Em suma, outro benefício para o príncipe: a confiança do povo e do exército, o que acarreta em conquistas mútuas e gera um melhor funcionamento da política local.

2.2. A história contada a partir do realismo maquiaveliano

Frente a tais constatações podemos afirmar que Maquiavel se enquadra na categoria de um filósofo realista. Ora, Maquiavel atesta seus relatos históricos acerca do que de fato aconteceu e como habitualmente acontece, não há omissão de quaisquer episódio ou mesmo um “floreamento” da história, isto quer dizer que o filósofo se dedica fielmente em descrever a história real, sem enfeitá-la ou ocultar acontecimentos. Essas características se ajustam perfeitamente ao realismo histórico, atitude a qual foi proposta pelo filósofo.

Alguns podem interpretar esses relatos como uma apologia à tirania, tendo em vista que supõem que Maquiavel indica ao príncipe que há uma permissividade para se usufruir de variados meios que levam à glória e manutenção do poder, legitimando assim a tirania. Isto também serviu de base para que os pensadores e comentadores maquiavélicos formulassem a seguinte famosa frase (já tratada aqui) para se referir à filosofia de Maquiavel: “Os fins justificam os meios”, colocando-o em uma posição de tirano que nega totalmente as leis morais. Mas o que deixam de considerar é a *virtú* proposta por Maquiavel -que deve ser indispensável para o príncipe- é um dos aspectos que o diferenciam e o afastam de uma personalidade despótica. Assim como outros diversos problemas aqui já apontados, tais como o fato de que Maquiavel se viu obrigado a optar por essa abordagem um tanto quanto apelativa para época, visto que a obra era destinada ao príncipe.

Portanto, Maquiavel parte desse realismo político utilizando-se de fatos sem ornamentações e omissões. Maquiavel sempre se preocupa em apresentar “o que é” e não o “o

que deve ser”, voltando-se para a realidade factual e nunca para realidades utópicas. Por estas razões, Maquiavel é considerado por alguns intérpretes como um filósofo que desconsidera a ética e a moral. A moralidade do nosso filósofo foge das considerações religiosas e teológicas da época, mas isso se dá por uma opção de historicidade realista, utilitária, contextual e pragmática.

Além disso, o movimento humanista italiano⁵ possui suma importância para a reforma do pensamento enquanto realista, que antes era pautado nos ideais medievais. Pelos *studia humanitates*, os Humanistas afastaram os padrões medievais que já era eram considerados como um período ‘obscuro’, trazendo o renascimento⁶ como uma fonte de luz. Ofuscar os padrões cristãos medievais não é o mesmo que dizer que se estabeleceu uma cultura anticristã, mas sim que surgiu uma exaltação dos homens enquanto indivíduos e humanos e não apenas cristão com pecados e/ou virtudes cristianizadas. Prezaram pelo ‘aqui e agora’, preocupando-se com uma maior autonomia, temendo o autoritarismo de bárbaros e tiranos e exaltando a capacidade e o poder humano. Encontramos uma diversidade de pensamento entre os Humanistas, o que não nos apresenta como uma questão problemática, mas sim como uma característica importante de liberdade de pensamento, expressão e criação, revelando assim a expansão que o movimento possuía, sempre pautados pela razão. Desse modo, o Humanismo visava o progresso, a independência e a liberdade em um momento em que Florença se encontrava em grande opressão e conturbação política. Ademais, o que caracteriza o movimento Humanista é a procura de um novo sentido para o ‘homem’, pautada em transformações políticas e novos ideais de estudos, com acesso à traduções puras (sem edições e restrições da Igreja), o que significa acessibilidade aos arquivos da Antiguidade, que propiciaram real possibilidade de argumentação filosófica, ao contrários dos medievais que utilizaram argumentação platônica e aristotélica em favor dos ideias cristãos em uma espécie de maquiagem filosófica, como podemos ver nos escritos filosóficos de Tomás de Aquino e Agostinho. Vejamos mais detalhes do humanismo por Giovanni Reale:

Ora, é verdade que "humanista" indica originariamente a tarefa do literato, mas tal tarefa foi muito além do ensino universitário, entrou na vida ativa e se tornou de fato "nova filosofia". Além disso, o Aristóteles deste período foi um Aristóteles frequentemente lido no texto original, sem a mediação das traduções e das exegeses

⁵ O Humanismo Renascentista valoriza o ser humano e suas capacidades artísticas e culturais, dessa forma também buscam maior liberdade de expressão e liberdade política.

⁶ O Renascimento Italiano foi o fundador do Renascimento Europeu, período de grandes mudanças culturais e políticas. Esse período também é a transição entre o período Medieval para o Moderno, marcado por mudanças socio-culturais, que se refletiram em todas as esferas de vivência dos cidadãos, esferas políticas, econômicas, pessoais e culturais. Seus principais movimentos foram: Humanismo, Racionalismo, Antropocentrismo, Individualismo e Classicismo. Iniciou-se no século XIV e terminou no século XVI.

medievais; tratou-se, portanto, de um Aristóteles revisitado com novo espírito que apenas o Humanismo pode explicar. Por fim, a grande mudança do pensamento humanista não esteve apenas ligada a uma mudança política, mas à descoberta e às traduções de Hermes Trismegisto e dos Profetas-Magos, de Platão, de Plotino e de toda a tradição platônica. A marca que contradistingue o Humanismo foi, portanto, um *novo sentido de homem e de seus problemas*, novo sentido que encontrou expressões multiformes e por vezes opostas, mas sempre ricas e frequentemente muito originais, e que culminou nas celebrações teóricas da “dignidade do homem” como ser “extraordinário” em relação a toda a ordem do mundo. (REALE, 2006, p. 3-4.)

Surge então um novo modo de pensar e analisar a história e a filosofia, trazendo mudanças para todas as esferas humanas, incluindo a econômica. Os centros comerciais italianos disponibilizaram maiores recursos financeiros para as províncias, propiciando maior incentivo na produção intelectual e estes pensadores reconheceram a burguesia como grande detentora do poder, além da Igreja. Esse novo campo de poder ocasionou no ideal de independência e poder cívico, aproximando as cidades em um espírito democrático, apesar de suas limitações referentes ao modelo de governo monárquico.

2.3 Maquiavel: monárquico ou republicano?

Desde a incrível propagação das obras de Maquiavel sempre houve uma imensa especulação em torno de qual era a preferência governamental do filósofo: monarquias ou repúblicas. É fato de que há, ainda que não consensual, uma dualidade política entre as principais obras do florentino. Em *O Príncipe* Maquiavel se debruça em analisar os diferentes tipos de principados, o que se faz inevitável, visto que a obra é direcionada para um príncipe. No entanto, não podemos nos conter nessa restrição. Veremos que nos *Discorsi*, Maquiavel se apresenta como um republicano em defesa da liberdade, e é a partir dessa dualidade que analisaremos as posições políticas de Maquiavel.

Nos escritos de *O Príncipe* encontraremos elementos que caracterizam Maquiavel como um filósofo que estima os principados, uma vez que dedica vários capítulos não só discorrendo sobre como são os principados, mas também como mantê-los. Atribuindo um juízo de valor à esses capítulos é aparentemente justificável que alguns leitores aleguem a preferência de Maquiavel aos principados, mas é mister não nos determos à essa interpretação um tanto quanto superficial. Nos *Discorsi*, obra iniciada antes d’*O Príncipe*, Maquiavel se detém ao republicanismo. Contudo, o capítulo II de *O Príncipe*, por exemplo, mostra que o filósofo não esconde sua posição na outra obra:

Não me ocuparei das repúblicas, uma vez que tratei em outros lugares. Cuidarei somente dos principados; tentarei discutir e mostrar como os principados hereditários podem ser governados e preservados (MAQUIAVEL, 1999, p. 39)

Com essa passagem quero evidenciar que Maquiavel não se preocupa em ocultar os *Discorsi*, visto que ele deixa uma abertura para o conhecimento de seus estudos republicanos, sendo este um espaço de acesso para sua defesa da liberdade. É relevante evidenciarmos novamente que não era viável para Maquiavel se apresentar como um apreciador das repúblicas no momento escrito da obra *O Príncipe*, uma vez que o governo em ascensão era a Dinastia Médici. *A priori*, o que o florentino almejava era o seu retorno à Florença, não podendo assim redigir algo que o condenasse novamente, é sobre essa cautela que ele pensou em prevenir sua imagem. Semelhante à esse motivo, já nos *Discorsi*, Maquiavel soube lograr e bem usufruir da sua liberdade de escrita. Vejamos o que o filósofo diz na Introdução dos *Discorsi*:

E se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do meu espírito, à insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado de maior vigor, eloquência e discernimento, possa alcançar a meta. Enfim, se este trabalho não me der a glória, também não me servirá de condenação. (MAQUIAVEL, 2008, p.17)

Maquiavel fala nessa passagem sobre a glória, que não é o seu foco nessa obra. Essa glória foi especificamente buscada através d'*O Príncipe*, não havendo motivos para que Maquiavel resguarde o republicanismo também nos *Discorsi*, demonstrando que a utilidade da obra não se contém à desejos pessoais. É relevante analisarmos também essa outra passagem:

Estejam certos de que sinto neste momento uma satisfação genuína ao pensar que, tendo cometido tantos erros, acertei ao escolher as pessoas a quem ofereço estes “Comentários”. Com tal escolha penso ter demonstrado reconhecimento pelos Benefícios recebidos, e também ter desprezado o caminho seguido em geral pelos escritores que dedicam seus livros a algum príncipe, a quem atribuem, com profusão de elogios banais, todas as virtudes –cegos à sua ambição e avareza-, quando deveriam fazê-lo corar pelos seus vícios. (MAQUIAVEL, 2008, p.13)

Nesse trecho, Maquiavel condena aqueles que escrevem os ‘espelhos do príncipe’ com o objetivo de os endeusar, glorificando todos os seus atos e não apontando seus erros. Vejamos, não estou afirmando aqui que o filósofo assim o fez n'*O Príncipe*, mas Maquiavel não necessariamente fez com que Lourenço se envergonhasse ou corasse de seus atos, por exemplo. Então qual a razão do florentino declarar essas palavras nos *Discorsi*? Neste exato momento é que devemos fazer o retrospecto e reminiscência temporal das escritas do filósofo. O florentino se dedicou inicialmente à escrita dos *Discorsi*, mas por necessidades imediatas (sua redenção e volta à

Florença) ele interrompe esses escritos e se dedica exclusivamente ao *O Príncipe*. Com isso quero dizer que Maquiavel não está em contradição ao proferir tais palavras, mas que está sendo o mais verdadeiro possível, visto que se encontra preso aos desejos pessoais, interesses e ambições que estão intrínsecos à natureza humana, da qual ele também não pode se apartar.

Maquiavel diz ainda abertamente que nos *Discorsi* que o povo deve se atentar ao tipo de governante que lhe aparece:

Para um julgamento sadio, os homens devem saber discernir entre os que são verdadeiramente generosos e os que têm apenas o poder material de agir com liberalidade; entre os que deveriam dirigir o Estado e os que, sem esta capacitação, se acham às vezes à testa de um império. (MAQUIAVEL, 2008, p.13)

A partir dessas análises podemos constatar que Maquiavel, apesar de não declarar com todas as palavras seu apreço à repúblicas, se trata de um republicano, assim ele se apresenta nos *Discorsi* (distinto d'*O Príncipe*, que se diz de um escrito prático para operações políticas). Nos *Discorsi*, Maquiavel possui ainda com mais força o intuito de demonstrar conhecimentos úteis aos povos, para que se emancipem e tenham voz. O seu objetivo, como já apontado aqui, também era ver as províncias unificadas, tendo como preferência uma Itália republicana, mas se não fosse possível, que fosse então por uma liderança monárquica, no caso dos Médici. Aqui vemos mais uma vez seu caráter utilitário e pragmático.

Ao dedicar vários capítulos aos principados, mostrando como conquista-los e mante-los, Maquiavel também está aplicando seu método pragmático. Ora, desde que a Itália se unifique é válido que seja pelos principados, não sendo estrita a necessidade de o ser por repúblicas, tendo em vista que Maquiavel é republicano em toda a obra *Discorsi*, mas também é um utilitário. Em outras palavras, se a finalidade maior for alcançada, nesse caso, não importa qual a forma de governo.

2.4. Liberdade Interna: o povo contra os grandes

Maquiavel, que ocupara cargos políticos em Florença, presenciou através de suas experiências os grandes dilemas não só da sua cidade como também de outras províncias e de toda a Europa. Dentre os mais variados dilemas, apresenta-se com grande ênfase a questão da liberdade política interna. Nos restringiremos, a princípio, ao entendimento sobre a liberdade política interna das cidades italianas.

O historiador Skinner apresenta o conceito de liberdade em Maquiavel a partir do ideal de liberdade recorrente entre os humanistas da época, mesmo período em que os florentinos deram início ao questionamento de sua liberdade, que estava contida nas mãos dos Médici, como já vimos, a família que adquiriu poder político e dominou tanto Florença como posteriormente boa parte da Itália. Outros republicanos também apontam que Florença sempre foi livre, isso justifica a busca por tal conservação. Valores que são bastantes significativos nas considerações de Maquiavel.

A antiga Itália na época de Maquiavel era apenas uma fragmentação de províncias (ou cidades-Estados) independentes e que minimamente mantinham algo em comum na política, a monarquia. No entanto, essas províncias se diferenciavam em cultura e costumes. Mas a questão que nos interessa é se o povo, independente de suas diferenças, é responsável por salvaguardar a liberdade.

Em uma delimitação mais precisa, o que diferencia o povo dos grandes são os desejos. Os grandes possuem o desejo de comandar, enquanto o povo deseja algo simples e preciso: a liberdade. Mas a quem se assegura o dever de guardar a liberdade? No Capítulo Quinto dos *Discorsi*, Maquiavel nos lembra que a liberdade assegurada pelos nobres em Veneza e Esparta tiveram uma duração maior comparado com Roma, que assegurou a liberdade nas mãos do povo, mas em contrapartida, o filósofo argumenta que é melhor confiar a liberdade nas mãos daqueles que possuem menos ambição no objeto em questão -no caso, o desejo de comandar- pois assim a liberdade estará mais segura:

[...] e tomando os romanos como exemplo, direi que se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos afeição. De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede de domínio; no segundo o desejo de não ser degradado – portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. (MAQUIAVEL, 2008, p.33)

O único desejo do povo é o de não ser dominado, assim, sempre ir-se-ão zelar por garantir o máximo de liberdade e independência possível, ao contrário dos grandes, que se apossam de qualquer ocasião para comandar as classes inferiores. No entanto, Maquiavel não se mostra totalmente confiante quanto a assegurar a total liberdade ao povo, mostrando-nos exemplos em qual situação convém manter a defesa da liberdade aos povos e quais convém aos grandes. Segundo o filósofo, no caso de uma república em ascensão convém assegurar a liberdade ao povo e no caso de apenas querer conservar as repúblicas a liberdade cabe aos

grandes. Ainda assim, Maquiavel reforça que os governantes influentes, por possuírem poder, causam mais desastres e discórdias do que aqueles que não o possuem em grande escala:

É preciso considerar, também, que quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta o seu poder; é mais fácil para ele provocar alterações da ordem. E, o que é bem mais funesto, sua ambição desenfreada acende o desejo de posse no coração dos que não o tinham, seja como vingança, para despojar os inimigos, seja para compartilhar as honrarias e riquezas de que querem fazer uso ilícito (MAQUIAVEL, 2008, p.35)

O florentino sempre se mostrou um grande amante da História da Antiguidade e não deixa de salientar que “na antiguidade todos os países eram povoados por homens livres” (MAQUIAVEL, 2008, p. 297), o que deveria servir de exemplo para os florentinos. Nesse mesmo capítulo, Maquiavel demonstra mais uma vez sua estima pelas repúblicas e pela liberdade dos povos. Cito:

Percebe-se facilmente de onde nasce o amor à liberdade dos povos; a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que sucederam à ditadura de Pisístrato. Contudo, mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela república romana depois que foi libertada de seus reis. Compreende-se a razão disso: não é interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. (MAQUIAVEL, 2008, p.197-198)

Vemos então que Maquiavel discursa sobre as vantagens que os povos têm em adotar o regime republicano. A propósito, Maquiavel não reluta em atacar o governo monárquico em seus *Comentários*:

O contrário acontece numa monarquia: com frequência, o que o monarca faz em seu próprio interesse prejudica o Estado – e o que beneficia o Estado é nocivo aos interesses particulares do monarca. (MAQUIAVEL, 2008, p.198)

Maquiavel não hesita também em expor suas críticas relativas à Igreja. Ao se questionar por qual motivo os antigos amam a liberdade mais do que os homens de hoje, o filósofo diz que a causa disso se concentra na educação e na religião. Ao induzir os homens a uma possível salvação divina, dizendo existir uma verdade absoluta, a Igreja os impede de avançar rumo à glória: a liberdade. Vejamos nas próprias palavras do filósofo:

Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminui o valor único das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiam a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo o que lhes permitisse alcançá-la. (MAQUIAVEL, 2008, p. 199)

Similarmente, o político e literário Dante Alighieri, antecessor de Maquiavel nos apresenta a obra *Monarquia*. Nesse livro, Dante luta exclusivamente para que o papado não interfira no Estado. Com isso, Dante nos apresenta o anseio e necessidade da separação entre Estado e Igreja, criando sua contra-argumentação à Igreja com os mesmos princípios utilizadas por essa, isto é, recorre aos princípios bíblicos para provar e justificar a separação do poder civil ao religioso. Dante é um dos principais nomes do Humanismo italiano, propondo o processo de laicização do Estado, que influenciou o pensamento de Maquiavel. Em outras palavras, a separação do poder temporal e do poder espiritual, ideal comum ao nosso filósofo Maquiavel, o qual a quebra com a tradição de sua época se apresenta nítida em suas obras, exclusivamente essa tradição da Igreja vinculada à política, que foi rompida por Maquiavel. Enquanto a Igreja canonizava reis e príncipes, tornando-os submissos ao poder religioso (usurpando-os o poder temporal) e absolutos ao parecer dos povos, Dante e Maquiavel propõem a descanonização do Estado.

2.5. A criação de tropas próprias como recurso para a liberdade externa

Aqui faz-se crucial partimos da análise histórica da cidade de Maquiavel (a antiga Florença) e também da construção política de toda a Itália para assim compreendermos com mais precisão o conceito de liberdade exposto pelo autor. Para Maquiavel, o ideal de liberdade política externa se trata da realização, por completo, da unificação das antigas cidades-Estados, sendo que até muito depois do século XVI (o qual viveu Maquiavel), mais especificamente até o Risorgimento no século XIX a antiga Itália era apenas uma formação de pequenas províncias que precisavam se submeter às potências externas, assim as cidades se subordinavam às tropas mercenárias. Com efeito, uma das vias próximas dessa unificação seria a formação de um exército próprio, ou seja, uma tropa que produziria maior segurança e independência às pequenas cidades-Estados italianas, sendo essa a proposta de Maquiavel. Vejamos um mapa da Itália unificada:



(Mapa da Itália unificada. Disponível em <todamateria.com.br>

Estamos, portanto, diante de um sistema do qual não existia ainda a Itália a qual conhecemos, sendo na época de Maquiavel apenas uma fragmentação de províncias (ou cidades-Estados) independentes e que não mantinham sequer a mesma forma de governo: monárquico ou republicano. Ademais, Maquiavel estava seguro de que essa fragmentação territorial não apresentava nenhum tipo de recompensas, muito pelo contrário disso: apenas propiciava o domínio dos estrangeiros e das grandes famílias sob tais províncias. O Reino de Nápoles por exemplo, foi dominado pelos aragoneses e o Estado Florentino foi dominado pela família Médici, durante décadas. As invasões externas também se deram pela França e Espanha em meados de 1494, o que indubitavelmente se deu por essa fragmentação do território italiano.

Maquiavel afirma que a Igreja Romana também influenciou o enfraquecimento da Itália, dando mais espaço para diversas invasões. Por ter sido a Igreja Romana de todo fraca no que se refere ao estabelecimento de seu poder, não conseguiu estabelecer uma unificação do governo:

A razão pela qual a Itália não se encontra na mesma situação [...], não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo saboreado o poder temporal, não tem, contudo, a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana. (MAQUIAVEL, 2008, p.61)

Paul Larivaille questiona-se acerca da possível definição da Itália, definindo-a como um mosaico de Estados irremediavelmente divididos, além disso, no tabuleiro de xadrez político-militar europeu, onde não são mais do que simples peões? Acredita o autor que essa é uma definição arriscada. Ora, prova disso é a consciência geográfica muito sólida que os italianos apresentavam. Não era necessário descrever localizações ou outros elementos para que um italiano soubesse dizer quais eram as barreiras geográficas dos Estados. Segundo Francesco Guicciardini, italiano e amigo de Maquiavel, nasceu dessas particularidades um sentimento nacional, de ‘italianidade’. Larivaille diz ainda que essa divisão política, além de prejudicar as penínsulas, não promove uma consciência unificada nos povos, mas aponta qual era a atividade do povo na política de Florença do século XV, como os grandes não se separam dos povos:

Falar de revolução seria sem dúvida um exagero, pois são, antes de tudo, os poderosos que organizam o movimento com o propósito exclusivo de restabelecer o antigo regime oligárquico. Mas, bem depressa, a união contra o “tirano” dá lugar às divergências e aos conflitos de interesse e, novamente, como tinham feito os próprios Medici, antes da sua chegada ao poder, um segmento da oligarquia é obrigado a buscar nas camadas populares o apoio necessário para triunfar. (LARIVAILLE, 2001, p. 29)

Envolto nesse sentimento de italianidade, Maquiavel colocou em prática sua brilhante ideia de criar uma tropa própria de Florença, formada pelos próprios cidadãos da cidade com a finalidade de que a Florença obtenha maior independência, pois em 1503 Maquiavel já preocupava-se com a liberdade de Florença em relação às potências estrangeiras. O filósofo então, ao que parece, ficou encarregado de preparar as tropas para disputas e pequenas guerras. Como condottiere da tropa de Florença, Maquiavel a guiou para a tomada de Pisa, durante a posse desse cargo. Podemos ver, portanto, que os florentinos participaram ativamente de guerras políticas, sendo uma exceção da Itália Medieval e Moderna. Como indica o cronograma da obra *A Arte da Guerra*: "Em 2 de julho, finalmente, Florença recupera Pisa; no dia 08 desse mês, Maquiavel entra duplamente triunfante na cidade: não só os florentinos haviam tomado Pisa, como o haviam feito com uma infantaria própria." (MAQUIAVEL, 2002, p. 18)

Em *A Arte da Guerra*, Maquiavel narra as batalhas enfrentadas pelo exército de Florença, demonstrando seu método pragmático de desenvolver hipóteses através de experiências passadas, com a finalidade de chegar à autonomia florentina. A tropa nativa de Florença, com Maquiavel como condottiere, como acredita-se, obteve a glória de recuperar Pisa, demonstrando na prática sua eficácia e capacidade, o que enaltece a genialidade de Maquiavel em propor a criação de tropas nativas como recurso para a liberdade em Florença. O filósofo traça, portanto, argumentos em favor de seu ideal:

Assim, não pode ser verdadeiramente sábio aquele que não reconhece, num principado, os males na própria origem, e isso é dado a poucos. A julgar pelo início da decadência do Império Romano, ver-se-á que a motivou apenas o fato de haver começado a ter a soldo mercenários godos. Desde então, principiaram a declinar as tropas do império, e todo o mérito deste lhes era posto à conta. Concluo, desse modo, que nenhum principado está assegurado sem forças próprias; antes, está ao sabor da fortuna, e não há virtude que o defenda nos momentos adversos. (MAQUIAVEL, 1999, p. 94)

O objetivo prático e a metodologia pragmática de Maquiavel norteiam diretamente a obra *O Príncipe*. É a partir desses pressupostos que o filósofo demonstra a política de fato, não só para os grandes, mas também para o príncipe. Assim como revela todos seus escritos. Ao que vemos, a redenção da Itália caberia à um príncipe, o que traz à tona a dedicação da obra: oferecê-la especificamente à um príncipe e não diretamente aos povos.

*“A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.
Meu fardo é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias
(do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado e chorei.
Sou fraco para elogios.”*

(Manoel de Barros)

A MANDRÁGORA ENQUANTO RETRATO POLÍTICO DE FLORENÇA



(Fotografia da encenação de *A Mandrágora*, Teatro Rondon Pacheco: Uberlândia, 2015. Direção Yaska Antunes)

3. *A MANDRÁGORA* ENQUANTO RETRATO POLÍTICO DE FLORENÇA

Além de filósofo e atuante político, Maquiavel também era um influente comediante de sua época, dentre suas peças de teatro ele escreveu *A Mandrágora*, a qual iremos nos debruçar neste capítulo. Trata-se de uma peça teatral redigida por Maquiavel no contexto florentino da antiga Itália, acredita-se que essa peça tenha sido escrita cinco anos após *O Príncipe*, em 1518 e publicada pela primeira vez em 1524. Assim como as outras obras do filósofo *A Mandrágora* também rompe com o tradicionalismo da época anterior, mais especificamente no que diz respeito à tragédia teatral (as quais tinham muita influência da Grécia Antiga e da tradição medieval), contribuindo demasiadamente para o grande arcabouço artístico renascentista. Dessa vez, Maquiavel nos traz uma comédia um tanto quanto ácida e peculiar, uma vez que denuncia várias aspectos do cotidiano humano/político de Florença e apresenta situações tomadas como invioláveis e sagradas segundo a tradição religiosa vigente, pela extrema destreza do filósofo com influências greco-romanas, ele escreve de forma aparente e sem muitas restrições, considerando que a obra é uma comédia, sendo assim podendo atuar mais livremente no campo da representação, ao contrário da limitação que ele encontrava em obras técnicas, tais como os manuais políticos. Além disso, Maquiavel também carrega demais escritos literários, tais como poemas, prosas e outras comédias.

Em formato de sátira a peça retrata a cobiça, a maldade, a busca pelo poder e assim consequentemente apresenta atos voltados unicamente ao interesse humano individual, o qual é criticado pelo filósofo quando se trata de política, tendo em vista que a política deve visar o bem coletivo, já se tratando da natureza humana em si é uma característica inevitável. Maquiavel assim possui o objetivo de demonstrar de modo cômico as características humanas, mais especificamente representadas pelos florentinos e como eles agem sob a posse delas. Do mesmo modo, o filósofo também apresenta uma dura crítica à Igreja e ao cristianismo.

A Mandrágora é uma peça teatral de grande riqueza e importância italiana. A obra acompanha as mudanças não só políticas de Florença, mas também as modificações culturais vindas com o Renascimento. Logo após sua morte, as obras de Maquiavel se difundiram com grande ênfase na Itália, incluindo *A Mandrágora*, por tratar-se de uma obra de cunho artístico. Ainda que sua fama não tenha sido das mais agradáveis, conhecido como “diabo florentino”, não há como negar a incrível propagação de suas criações, expandindo-se para diversas áreas do conhecimento e para variados públicos.

A trama se passa em Florença e gira em torno de uma situação conflituosa da vida pessoal dos florentinos. Apresentada em um prólogo e cinco atos, a peça conta a história de um homem que deseja obcecadamente a esposa de um outro homem. Ao descobrir o fato de que o casal não pode ter filhos e os desejam muito, o jovem Calímaco defini artimanhas para conseguir o que deseja: mulher de Messer Nícia, a tão popular Lucrécia. Com a ajuda de um Ligúrio (um jovem sagaz e interesseiro) Calímaco se aproxima de Messer Nícia o envolvendo com mentiras para que ele alcance o primeiro contato com a mulher desejada. Os jovens astutos e trapaceiros inventam uma cabulosa receita e dizem ser esta a cura para ativar a fertilidade do casal. A receita tem a base da planta mandrágora⁷, popularmente conhecida por seus efeitos afrodisíacos, sendo esta a referência do título da peça.

Como retrato de Florença, *A Mandrágora* manifesta um cenário de denúncia da corrupção dos florentinos. Maquiavel produz essa peça onde as paixões humanas norteiam todo o enredo. Do preâmbulo da peça ao final, o filósofo mostra o descontrole causado pelas paixões e o que esse descontrole é capaz de tecer.

3.1 Os personagens e suas representações

Vejamos os protagonistas da trama e suas características: Calímaco, que cobiça a mulher do próximo, irá dispor de recursos financeiros, artimanhas e malvadezas para alcançar seu desejo; Ligúrio ocupa seu tempo criando técnicas para enganar Messer Nícia (o marido da mulher desejada, Lucrécia), e assim, ajudar Ligúrio, ainda que se também se diga amigo de Messer Nícia; Frei Timóteo é um padre que participa das cenas, ajudando a enganar Messer Nícia e consentido o ato pois interessa-lhe o dinheiro que ganhará em troca; Lúcrecia, a mulher aparentemente sensata, digna e séria; e ainda temos Sóstrata, a mãe de Lucrécia que não sabe de todo o caso mas incentiva a filha visto que preocupa-se demasiadamente em alimentar uma imagem social.

Calímaco, sagaz burguês florentino, é a representação do homem em sua natureza humana mais pura: está disposto à tudo pelas suas paixões, seu interesse próprio, não preocupando-se em seguir os padrões de um cidadão virtuoso e/ou racionalmente ético. Um típico florentino da época de Maquiavel: ao invés de se preocupar com os negócios e a cidade,

⁷ A planta mandrágora é muito conhecida tanto pela semelhança do corpo humano, como também ouve-se dizer que a planta possui um forte poder influenciador e de mudança espiritual, por estas razões a mandrágora é muito utilizada em ritos e feitiços de amor ou maldade.

ocupa-se com frivolidades. Podemos ver esse feitio no que diz Maquiavel sobre a arte da guerra n' *O Príncipe*, onde o filósofo aponta quais devem ser as preocupações do príncipe:

Um príncipe não deve ter outro objetivo ou pensamento, ou manter qualquer coisa como prática, a não ser a guerra, seu regulamento e sua disciplina, pois essa é a única arte que se espera de quem comanda. (MAQUIAVEL, 1999, p. 95)

E nos *Discorsi*, com mais liberdade, Maquiavel acusa aqueles (monarcas ou republicanos) que não conseguiram um exército próprio, sugerindo que se envergonhem pela ausência da principal preocupação de uma cidade. O filósofo utiliza o exemplo do antigo rei de Roma Tulo –que mesmo com dificuldades e situações desfavoráveis conseguiu, com excelência, treinar grandes soldados– para tal comparação. Com isso, Maquiavel faz uma crítica aos homens de seu tempo, que além de se preocuparem com frivolidades, não tomam a história como lições a serem seguidas:

Os príncipes contemporâneos e as repúblicas modernas que não dispõem de soldados próprios, para o ataque ou para a defesa, deveriam corar, vendo, no exemplo de Tulo, que este erro não pode ser atribuído à falta de homens capacitados para a guerra; a culpa é exclusivamente dos governantes, que não souberam treinar seus cidadãos como soldados. (MAQUIAVEL, 2008, p. 83)

Já o Frei Timóteo é talvez o personagem mais polêmico da peça, com uma grande significação, representa a ganância (que por ironia é um dos sete pecados capitais) que perpassa seus ideais morais e cristãos para conseguir o que lhe é útil, tratando-se de um ser totalmente contraditório e alheio ao que idealiza o Cristianismo e as virtudes cristãs em sua totalidade. O que também refletiu na organização política da Itália, que segundo Maquiavel, não conseguiu administrar seu poder:

A razão por que a Itália não se encontra na mesma situação daqueles dois países, não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo possuído e saboreado o poder temporal, não tem contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana. (MAQUIAVEL, 2009, p. 62)

Messer Nícia e Sóstrata representam o desejo do homem pelo poder social, que lhes traz benefícios, mas que se alimentam prioritariamente por uma desnecessária imagem social. E de forma mais precisa, Ligúrio representa o comportamento travesso e maldoso do homem, que se diz de algo autossuficiente, bastando-se por si só, ou seja, pela emoção, crueldade e comicidade do ato em si, sem precisar necessariamente de algo a mais, ainda que o tenha. Certamente

Maquiavel ilustra esse caso como mais um exemplo das frivolidades florentinas, as quais, ainda que banais, eram prioridades para eles.

Lucrécia, a desejada mulher, esposa de Mésser Nícia representa o povo em uma condição passiva, demonstrando os perigos de tal circunstância. Lucrécia só aparece na trama a partir do terceiro ato. Demorando-se a aparecer, diz muito a respeito da atuação do povo na política, a qual pode demorar-se, mas quando atuante deve ser perspicaz. Lucrécia é retratada já de início na peça como sensata e correta, apesar de não obter espaço para muitas cenas ela obteve grande papel na trama quando opta por manter a mentira junto à Calícamo, uma vez que este aparentou-se corajoso, preparado e perspicaz, *virtú* ausente em seu marido Messer Nícia. Apesar de Maquiavel exibir grande aversão às mulheres enquanto seres políticos⁸, não deixa de frisar a boa atuação e sensatez da mulher na peça.

Indubitavelmente, *A Mandrágora* nos revela a capacidade de corrupção dos florentinos. Marcada por uma longa história de guerras, malversões e desavenças, a cidade de Florença estava condenada às discórdias entre poderosas famílias que tinham um alvo em comum: o poder da cidade. Dentre as diversas disputas travadas, sob muito sangue derramado, a corrupção prevaleceu. Um dos exemplos de violação da lei e do poder da família reinante se deu pelo assassinato de Giuliano de Médici. A família Pazzi, também de grande influência e poder na cidade, decide pelo golpe aos inimigos Médici, exterminando um de seus grandes, ato inesperado pelos Médici que se encontravam despreparados, ainda que a corrupção estivesse muito presente na cidade e na vida dessa dinastia. Aqui também mostra Maquiavel do que os florentinos são capazes de fazer quando se envolve paixões, traindo e fingindo serem amigos dos inimigos:

Giuliano e Lorenzo sabiam do acerbo ânimo dos *Pazzi* contra eles e que desejavam tirar-lhes o poder, e não temiam pela vida, pois acreditavam que se tivessem de tentar alguma coisa, fariam-na civilmente e não com algum tipo de violência; por isso eles também, sem cuidar da própria vida, simulavam ser amigos dos *Pazzi*. Estando então preparados, alguns dos assassinos ficaram sem dificuldade junto a *Lorenzo* e sem distar suspeitas por causa da multidão que havia, os outros, junto a *Giuliano*; e quando chegou o momento *Bernardo Bandini*, com uma arma curta, levada à propósito, atravessou o peito de *Giuliano*, que após poucos passos caiu. (MAQUIAVEL, 1998, p. 379)

⁸ Maquiavel também expressa esse julgamento nos *Discorsi*, capítulo Vigésimo Sexto do Livro Terceiro, intitulado “Como as mulheres podem arruinar um Estado”.

3.2. Crítica à Igreja

Ao demonstrar a peça de uma forma natural e corriqueira da vida dos homens, Maquiavel faz uma crítica à Igreja e aos costumes da época. Ora, o cristianismo apresenta o indivíduo com características virtuosas, benignas e que devem ser alimentadas pelo bom estado de espírito, sem maldades ou vinganças. Em contrapartida, Maquiavel nos apresenta uma natureza humana com propriedades não tão agradáveis, que incluem a cobiça, a ganância e a perversidade. Nestas condições, é aceitável o que a Igreja nos promete? Um mundo sem traições, desconfianças e ambições? Para o nosso autor, essa paz não pode ser alcançada, pois as nossas condições não a permitem. Frei Timóteo é a melhor representação de que o homem não pode ser virtuoso a todo tempo pois se deixa corromper pelas suas próprias paixões, esquecendo-se de seus ideais e preceitos religiosos em um átimo de segundo, ao avistar o que se aneia. Sendo assim, Maquiavel apresenta o personagem Frei Timóteo refletindo a ganância, um dos sete pecados capitais que são martirizados pela Igreja, mas que são reproduzidos e disseminados pelos seus integrantes. Nos *Discorsi*, o filósofo nos deixa uma passagem que faz uma perfeita alusão ao que representa o Frei, distanciado dos preceitos que defende a Igreja:

Se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabeleceu, os Estados que a professavam teriam sido bem mais felizes. Contudo, a religião decaiu muito. Temos a prova mais marcante desta decadência no fato de que os povos mais próximos da Igreja Romana, a capital de nossa religião, são justamente os menos religiosos. Se examinássemos o espírito primitivo da religião, preservando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos, sem dúvida, que chegamos ao momento da sua ruína e do seu castigo. (MAQUIAVEL, 2008, p.62)

Vemos ainda que a família Pazzi agiu similarmente ao personagem Ligúrio, pois ambos fingem amizade aos que detêm algo de seu interesse para assim lhes apunhalar subitamente. No caso dos Pazzi queriam o poder dos Médici, e a figura de Ligúrio desejava alguma recompensa de Calímaco em troca da malfeitoria, por isso simula ser amigo de Messer Nícia, quando na verdade não é amigo de nenhum dos dois, apenas aproximando de quem lhe proporciona retribuições. Observemos como foi a ardilosidade dos Pazzi com Giuliano de Médici:

Donde *Francesco de' Pazzi*, juntamente com *Bernardo*, que estavam incumbidos de sua morte, foram até sua casa e com súplicas e ardis o conduziram até a igreja. É realmente digno de memória que tanto ódio, tantas ideias de excesso pudessem *Francesco* e *Bernardo* encobrir com tanto sentimento e persistência, pois na rua e na igreja o entretinham com brincadeiras e anedotas juvenis. E *Francesco* não deixou, fingindo afeição, de abraça-lo e apalmá-lo para comprovar se não estava munido de armadura ou alguma outra semelhante defesa. (MAQUIAVEL, 2008, p.62)

Igualmente, os homens se aproveitam para golpear aqueles que se apresentam de extrema bondade (ou simplesmente aqueles que possuem algo que desejam), pelo menos é o que fazem todos da peça com a bondade de Lucrécia, ainda que não pensem no desfecho inesperado que ela possa provocar. Podemos entender essa circunstância como uma recomendação de Maquiavel presente também em *O Príncipe*, que indica o agir com sagacidade e prudência, principalmente nos momentos de adversidades. Ora, deve-se saber discernir a intenção da realidade, a verdade factual da realidade, para que só então se examine um bom modo de agir e contornar a situação.

3.3. Demonstração da natureza humana representada pelos florentinos

Podemos afirmar que a natureza humana para Maquiavel não é exatamente cruel a todo o tempo, tendo em vista que “[...] os homens não sabem guardar nenhuma dignidade no crime, nem ser inteiramente bons. E que, quando o crime apresenta alguma perspectiva de grandeza ou generosidade, temem praticá-lo.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 95) mas “Como a ambição e a desconfiança são naturais no homem, e como não se pode impor limites à sorte [...]” (MAQUIAVEL, 2008, p. 99) os homens são capazes de praticarem incríveis artilosidades e mentiras para alcançarem o que almejam desregradamente. Esse é o legado natural do homem: utilizar técnicas de uma raposa e agir como um leão para se conseguir o que quer e quando quer.

Com o exemplo do assassinato de Giuliano de Médici -o qual foi encomendado pelos Pazzi- Maquiavel demonstra sua afirmativa de que os homens ir-se-ão apresentar as mais diversas habilidades e engenhosidades para obterem o que desejam, ultrapassando os limites da lei e das convenções morais da cidade.

Utilizo *A Mandrágora* aqui como exemplo de mais um escrito em defesa da liberdade. Expandindo-se ao campo cultural de Florença. Desse modo, Maquiavel concorda e contribui com o renascer da nova cultura florentina, a qual deixa para trás os severos padrões da Igreja e reencontra um novo modelo de Homem, de arte e de política. De conformidade com o apoio dos Médici à arte Renascentista, a qual se propôs à particularidade de dinastia responsável por financiarem os artistas e cientistas renascentistas. Assim, os Médici foram reconhecidos não apenas como mecenas⁹, mas também como padrinhos do Renascimento Italiano.

⁹ Diz-se daqueles que financiam e investem nas produções artísticas, com o objetivo de obter reconhecimento e prestígio no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, então, que a obra *O Príncipe*, possivelmente trata-se de uma sátira. Ao dedicar essa obra ao príncipe, Maquiavel não se distanciou da sua definição de natureza humana, agindo com precisa ambição e lançando uma ‘obra monárquica’. Mas, de modo surpreendente, a obra também desfere lições aos povos. Ao parecer mordaz, a obra em sua pretensão inicial de proporcionar redenção e glória ao Maquiavel, consegue algo ainda superior: a polêmica, que foi capaz de disponibilizar grande repercussão e acessibilidade da obra. Não são poucos os motivos pelo qual *O Príncipe* é estudado até os dias de hoje, não só pela Filosofia, mas por diversas outras áreas do saber.

A liberdade é um dos objetivos principais d’*O Príncipe*. É indubitável que o sonho de Maquiavel era ver sua amada pátria unificada e livre das amarras calcadas pelas potências estrangeiras. Apesar de em vida, o florentino não ter presenciado essa conquista, posteriormente a Itália foi unificada e sua ideia da criação de tropas próprias foi realmente tomada como um recurso para a liberdade. Em outro sentido, Maquiavel enquanto um fiel republicano almejava a liberdade dos povos perante os grandes e por essa razão, redigiu sob a ótica de um método pragmático, uma análise da história passada enquanto prática e atuante no seu presente.

Vimos também que o conceito de *virtú* é um dos traços que o distanciam da concepção que lhe foi atribuída: maquiavélico. Ao proferir a necessidade das *virtús*, Maquiavel nos mostra que um governante precisa apresentar qualidades e capacitações para tal cargo, não podendo ser um mero tirano que apela para artilosidade e malfeitorias. É, portanto, sob essas noções maquiavelianas que atribuímos que a obra *O Príncipe* trata-se de uma sátira em defesa da liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução Bosi. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

ALIGHIERI, Dante. *Monarquia*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. *O mini dicionário da língua portuguesa*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

COSTA, Jean Castro da. *Maquiavel, pensador trágico*. Revista de Cultura e Política: Scielo, 2019.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LÍVIO, Tito. *História Romana*. Traducción Francisco Navarro y Calvo. Buenos Aires: El Ateneo, 1955.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. *O Príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte*. Tradução Edson Bini. 12. Ed. São Paulo: Hemus, 1996.

_____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução Sérgio Bath. 5. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. *A Mandrágora: comédia em cinco atos*. Tradução Pietro Nasseti. 1. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. *História de Florença*. Tradução de Nelson Canabarro. 2. Ed. São Paulo: Musa, 1998.

_____. *A Arte da Guerra*. Tradução: Edison Bini. EDIPRO, 2002.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia: do humanismo a Descartes*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

ROTTERDAM, Erasmo. *Elogio da Loucura*. Tradução Paulo M. Oliveira. São Paulo: Atena, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios do direito político*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SPINOZA, Benedictus de. *Tratado Político*. Tradução Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1994.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Maquiavel*. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Médici: da Cidade ao Estado*. Tradução Síval Freitas Medina. São Paulo: Perspectiva, 1973.